



**Inquérito sobre Segurança Alimentar e
Modos de Vida em Meio Rural no
Planalto Central em Angola**

Angola

realizado em Janeiro de 2005

PAM/VAM Angola, Junho de 2005

Índice

1. RESUMO EXECUTIVO	5
2. INTRODUÇÃO	9
2.1 ANTECEDENTES DO INQUÉRITO.....	9
2.2 OBJECTIVO DO INQUÉRITO	10
2.3 ESTRUTURA DO RELATÓRIO	10
3. INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E DE RECOLHA DE DADOS.....	11
3.1 ESTRATIFICAÇÃO E AMOSTRAGEM	11
3.2 OS INSTRUMENTOS	12
3.3 RECOLHA E ENTRADA DE DADOS	12
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	12
3.5 QUADRO ANÁLITICO	13
4. O PLANALTO CENTRAL DE ANGOLA	14
4.1 SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E MODOS DE VIDA.....	14
4.2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS	15
4.2.1 Clima	15
4.2.2 Solos.....	15
5. PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DE POBREZA DOS AGREGADOS	16
5.1 DEMOGRAFIA	16
5.1.1 Chefe de Agregado	16
5.1.2 Educação	16
5.1.3 Deslocação.....	17
5.2 CONDIÇÕES DE VIDA	17
5.2.1 Habitação	17
5.2.2 Fontes de energia.....	17
5.2.3 Água potável	17
5.3 BENS	18
5.4 MODOS DE VIDA	18
5.4.1 Posse de animais	20
5.4.2 Fontes de rendimento	21
5.5 O ÍNDICE DE RIQUEZA	22
5.6 DESPESAS	23
5.7 SITUAÇÃO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS ABAIXO DOS CINCO ANOS DE IDADE	24
5.8 DIETA E CONSUMO ALIMENTAR	25
5.9 ACESSO A INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS E A SERVIÇOS.....	27
5.9.1 Rede Viária e Transportes.....	27
5.9.2 Infra-estruturas de Saúde	27
5.9.3 Mercados	28
5.10 EXPOSIÇÃO E GESTÃO DE RISCOS.....	28
5.10.1 Ajuda exterior	29
6. PERFIS DE VULNERABILIDADE DOS GRUPOS DE FAMÍLIAS.....	31
6.1 PERFIS DOS AGREGADOS	32
6.1.1 Agregados em Insegurança Alimentar (Grupo 1).....	32
6.1.2 Agregados em Vulnerabilidade Elevada (Grupo 2)	33
6.1.3 Agregados Moderadamente Vulneráveis (Grupo 3)	33
6.1.4 Agregados em Vulnerabilidade Baixa (Grupo 4)	33
6.2 DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE AGREGADOS.....	34
6.2.1 Área em Risco Elevado - Zona 5	34
6.2.2 Áreas em risco moderado – Zonas 1, 2 e 6	34
6.2.3 Áreas de médio a baixo risco – Zonas 3, 4 e 7	35
7 IMPACTO SOBRE AS INTERVENÇÕES DO PAM.....	36
ANEXO 1–O QUE OS AGREGADOS PENSAM DA SUA PRÓPRIA SEGURANÇA ALIMENTAR. 37	
ANEXO 2–METODOLOGIA DAS COMPONENTES PRINCIPAIS (ÍNDICE DE RIQUEZA)	42

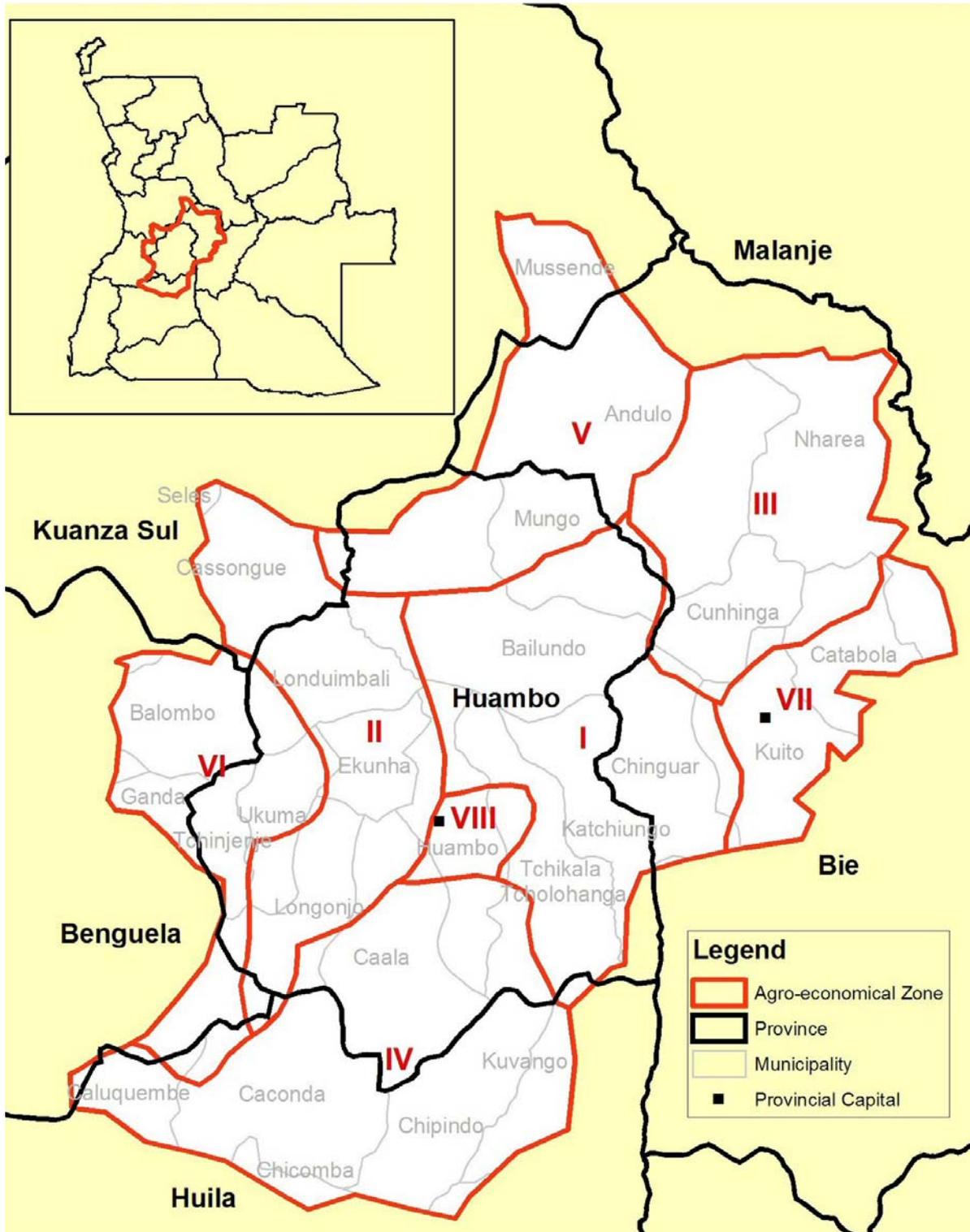
Índice de Tabelas

Tabela 1:	Parâmetros chave relacionados com a insegurança alimentar.....	6
Tabela 2:	Síntese das áreas mais vulneráveis do Planalto Central	8
Tabela 3:	Características principais das zonas Agro-Económicas	11
Tabela 4:	Matrículas por nível de escolaridade e grupos de idade	16
Tabela 5:	Posse de bens por tipo	18
Tabela 6:	Modos de vida.....	18
Tabela 7:	Diversidade de modos de vida	19
Tabela 8:	Descrição do rendimento adicional por fonte	19
Tabela 9:	Descrição da posse de animais por tipo	20
Tabela 10:	Índice de posse de bens e rendimento médio mensal.....	23
Tabela 11:	Prevalência de malnutrição entre crianças de < 5 anos por zona.....	24
Tabela 12:	Números globais de malnutrição	25
Tabela 13:	Nutrição infantil - análise de curto prazo	25
Tabela 14:	Frequência e diversidade alimentar por zona	26
Tabela 15:	Informação sobre dieta por grupo - análise de curto prazo.....	26
Tabela 16:	Acesso a alimentos básicos.....	27
Tabela 17:	Riscos comuns e percentagem de agregados afectados	28
Tabela 18:	Estratégias de sobrevivência	29
Tabela 19:	Distribuição da ajuda por tipo	29
Tabela 20:	Ajuda Alimentar <i>versus</i> deslocação	30
Tabela 21:	Números absolutos de pessoas em insegurança alimentar	32
Tabela 22:	Características seleccionadas de grupos de agregados.....	32
Tabela 23:	Estratégias de intervenção do PAM	36

Índice de Figuras

Figura 1:	Panorâmica do Planalto Central	9
Figura 2:	Panorâmica dos estratos e comunidades seleccionadas	11
Figura 3:	Pluviosidade e temperaturas médias no Planalto Central	15
Figura 4:	Tamanho do agregado por quarto de dormir	17
Figura 5:	Posse de bens por tipo	18
Figura 6:	Diversidade de bens	18
Figura 7:	Fontes adicionais de rendimento	19
Figura 8:	Posse de animais.....	20
Figura 9:	Rendimento médio mensal da mão-de-obra e vendas	21
Figura 10:	Total do rendimento médio mensal do agregado por ajuda recebida	22
Figura 11:	Despesa absoluta em Kz por zona	23
Figura 12:	Malnutrição por grupo de idade	25
Figura 13:	Exposição ao risco <i>versus</i> ajuda	28
Figura 14:	Distribuição relativa dos grupos de agregados	31
Figura 15:	Distribuição espacial da vulnerabilidade relativa.....	35

Panorâmica da Área do Inquérito no Planalto Central



O inquérito e este relatório só foram possíveis graças ao financiamento da GTZ e do projecto de parceria com o DFID de Reforço Institucional do PAM. A colaboração com a World Vision e a Universidade de Tulane para a análise foi igualmente de apreço. O VAM deseja igualmente agradecer a todas as pessoas envolvidas na recolha de dados – frequentemente realizada em condições muito difíceis.

1. RESUMO EXECUTIVO

A actual Operação Prorrogada de Emergência e Recuperação (PRRO) do PAM em Angola teve início em 2004 e deverá terminar em Dezembro de 2005. Desde 2002 foram repatriados e reassentados 2,5 milhões de refugiados e retornados e o principal objectivo do programa do PAM foi assistir os retornados no processo de reintegração nas suas áreas de origem. O PAM tem estado a assistir estes agregados no reassentamento nas suas comunidades construindo habitações e preparando terras para cultivo, com recurso a distribuição geral de alimentos e outros programas.

Diferentes avaliações de vulnerabilidade e pobreza¹ realizadas ao longo dos últimos três anos têm indicado que o Planalto Central é uma das áreas mais vulneráveis à insegurança alimentar do País. Durante a guerra, a maior parte dos combates teve lugar nessa área e ela alberga a maioria da população anteriormente deslocada/recém retornada, incluindo a maioria dos antigos militares da UNITA. Além disso, factores como a degradação ambiental devida à sobre-exploração dos solos e à desflorestação, bem como uma muito degradada rede rodoviária impedem o desenvolvimento agrícola. Para quantificar o problema e devido à ausência generalizada de informação secundária sobre os modos de vida na área, o PAM levou a cabo um inquérito detalhado sobre segurança alimentar e modos de vida, que cobre esta parte central do País, conhecida como Planalto Central.

O inquérito constitui-se numa contribuição-chave para o novo programa do PAM (PRRO 2006-2008), que incide as suas intervenções nas áreas mais vulneráveis do País. Com o regresso à paz e à estabilidade na área, o PAM está a reorientar as suas intervenções, visando passar das distribuições generalizadas de alimentos para uma selecção mais específica das suas áreas de intervenção.

Os principais objectivos do inquérito eram:

- Avaliar a situação conjunta sócio-económica das populações residentes e retornadas e os seus níveis de segurança alimentar.
- Avaliar os objectivos relacionados com os modos de vida das populações.
- Fazer recomendações sobre a necessidade de ajuda alimentar para lá de 2005 e, em caso afirmativo, onde e em que sectores.

Cobertura e metodologia

O inquérito compreendia um questionário dirigido aos agregados e comunidades e medições antropométricas das crianças com idade inferior a cinco anos de idade. A área do inquérito cobriu 160 comunidades rurais (1,921 agregados) em sete zonas agro-económicas, que incluem toda a Província do Huambo, as partes ocidentais da Província do Bié (33% da província), a parte Norte da Huíla (14%), o leste de Benguela (12%) e o Sul do Kwanza Sul (8%).

Foi utilizado um questionário dirigido ao agregado para recolher informação quantitativa sobre demografia, condições habitacionais, bens, fontes de rendimento e despesas, consumo alimentar, necessidades alimentares, riscos, choques, estratégias de resposta, saúde e nutrição das crianças. Foi utilizado um questionário dirigido à comunidade para recolher informações a esse nível, tais como acesso a infra-estruturas escolares, sanitárias e mercantis, intervenções exteriores, etc. Finalmente, foram realizados grupos focais sobre temas específicos (educação, saúde, consumo alimentar, ajuda externa) em comunidades seleccionadas. O levantamento quantitativo foi realizado de Novembro de 2004 a Janeiro de 2005, enquanto as discussões em grupo foram efectuadas em Abril de 2005. Assim, o principal período de entrevistas teve lugar no meio da estação das chuvas, o que corresponde à primeira metade da estação agrícola na região.

Análise e relatório

O grosso da análise dos dados estatísticos foi realizada por pessoal da Universidade de Tulane, de Nova Orleães, EUA, em colaboração com o PAM e a World Vision, EUA. O relatório final foi compilado pelo PAM Angola.

¹ Avaliação de Vulnerabilidade do PAM, 2004; FAO-WFP CFSAM, 2004.

Principais Resultados

A vulnerabilidade à insegurança alimentar no Planalto é ainda dominada pelos efeitos da guerra e o regresso e reassentamento das famílias nas suas áreas de origem. Na maioria dos casos, os retornados regressaram com muito poucos haveres e precisam de vários anos (e colheitas) para restabelecerem os seus modos de vida. Outros factores limitativos são a falta de actividades alternativas geradoras de rendimento. A tabela 1 discrimina os parâmetros-chave relacionados com o nível de vulnerabilidade dos agregados, por zona.

Tabela 1 – Parâmetros-chave relacionados com a vulnerabilidade à insegurança alimentar por zona

	<i>Planalto</i>	<i>Zona 1</i>	<i>Zona 2</i>	<i>Zona 3</i>	<i>Zona 4</i>	<i>Zona 5</i>	<i>Zona 6</i>	<i>Zona 7</i>
Recém retornados(<3 anos)	35%	20%	48%	27%	47%	38%	35%	25%
Deslocados	67.4	61.1	73.1	61	87	62.7	57.5	71.9
Agregados chefiados por mulheres	36%	34%	31%	45%	34%	27%	42%	46%
Índice de riqueza	0	0.14	0.72	-0.26	0.03	-0.59	0.07	-0.33
Total de rendimento (nível)	-	4	2	5	1	7	6	3
Malnutrição crónica (<-2 Z)	45%	50%	42%	46%	38%	36%	55%	51%
Malnutrição aguda (<-2 Z)	13%	11%	10%	8%	27%	9%	21%	7%
Consumo de <=1 refeição/dia	16%	16%	24%	16%	8%	20%	6%	27%
Bois de tracção	6%	3%	10%	0%	20%	2%	4%	0%
Agregados em insegurança alimentar	18%	23%	28%	15%	14%	17%	12%	15%
Ajuda alimentar recebida	44%	32%	37%	41%	48%	53%	58%	38%

Demografia

As mulheres chefiam, em média, 36% dos agregados no Planalto. A análise de riqueza indica que estes agregados tendem a ter melhores condições do que os chefiados por homens. As pessoas idosas chefiam 5% e as crianças 2% dos agregados. A média do número de pessoas por agregado do Planalto é de cinco. A sobre-ocupação das casas preocupa muitos agregados, com 22% dos agregados com seis ou mais pessoas por quarto.

Deslocação e reassentamento

A maioria dos membros dos agregados (67%) já foram deslocados pelo menos uma vez na vida e a média do período de deslocação é de 5.4 anos. A média da data de regresso é precisamente ao longo dos últimos três anos (até Dezembro de 2004), o que permitiu aos agregados efectuar duas ou três colheitas. A última vaga importante de reassentamento no Planalto teve lugar em 2002/2003, quando 47% do total da população deslocada regressou. No ano passado, apenas 6.3% do número total de retornados se reassentou, confirmando um declínio contínuo do ritmo de reassentamento.

Educação

Os chefes de agregado apresentam uma taxa de analfabetismo de 60% e dos que sabem ler e escrever 73% nunca terminou a instrução primária. Actualmente, a matrícula na instrução primária é de 115%, 15% mais elevada do que o número total de crianças entre os 5 e os 10 anos, o grupo de idade normal para a educação primária. De entre as crianças entre os 5 e os 18 anos de idade, 63% está matriculada na escola primária, mas a matrícula na instrução secundária é muito mais baixa, apenas 5%. A qualidade das instalações escolares é, muitas vezes, muito pobre e as aulas são irregulares.

Modos de vida e fontes de rendimento

A agricultura é o principal modo de vida, praticado por 94% da população rural. 60% destes agregados também cria gado, mas apenas 22% cria outros animais que não sejam aves domésticas, 60% deles não tem rendimento adicional para complementar a agricultura.

As duas principais fontes de rendimento são a venda de produtos agrícolas (a batata, o feijão e as hortícolas produzem os rendimentos mais elevados), animais e trabalho remunerado. O trabalho permanente está disponível para apenas 7% das famílias. As mulheres que participaram nos grupos focais sentem fortemente que o mercado favorece a mão-de-obra masculina e também que ele constitui uma fonte de rendimento sazonal, com elevados níveis de competição, proporcionando um aumento de rendimento diminuto.

Despesas

Cerca de 80% do total de despesas dos agregados está relacionada com a alimentação, o que é característico da pobreza. Notou-se um substancial efeito da ajuda alimentar sobre a despesa: os agregados nas áreas geralmente mais pobres gastam uma percentagem menor em alimentação, devido à ajuda alimentar.

Nutrição

As taxas de malnutrição severa são elevadas. Um dos Possíveis factores dessa situação podem ser as elevadas taxas de diarreia nos dois meses anteriores ao inquérito. Dado que o estudo foi levado a cabo de Novembro a Janeiro, durante o pior período do ano para as doenças gástricas, era de esperar que a prevalência de malnutrição aguda, muito sensível a alterações sazonais, fosse mais elevada.

A tendência para a malnutrição crónica é praticamente independente da idade da criança. Há um aumento da tendência dos 6 aos 20 meses, mas após esta idade, as taxas de malnutrição crónica variam entre os 40 e os 60%. As taxas de malnutrição aguda geralmente decrescem com a idade, depois que a criança atinge os 20 meses. Atinge-se um máximo de mais 20% de malnutrição aguda entre os 14 e os 18 meses, mas antes e depois dessas idades a taxa global de malnutrição aguda varia entre os 10 e os 20%. A taxa global decresce abaixo dos 10% quando a criança atinge os 3 anos.

Em termos de classificação de severidade da malnutrição em crianças abaixo dos 5 anos de idade numa comunidade, a situação no Planalto é considerada crítica no que toca à malnutrição crónica e ao baixo peso e grave no que diz respeito à malnutrição aguda.

Fontes de energia e água

A lenha é utilizada para cozinhar por 93% dos agregados, o que contribui para a degradação ambiental nas áreas densamente povoadas. Os rios são a principal fonte de água potável para metade dos agregados e quase todos eles vivem a 30 minutos a pé da fonte de água mais próxima.

Posse de bens e animais

A maior parte dos agregados (90%) possui insumos agrícolas, mas estes são, muitas vezes, limitados e de baixa tecnologia (enxada). À excepção das aves domésticas, apenas 23% dos agregados possui gado. Apenas 5% dos agregados possui animais de porte, como bovinos, e apenas 4% têm bois de tracção para a produção agrícola.

Dieta

Os alimentos mais usualmente consumidos são os cereais (87% dos agregados), os tubérculos (76%) e hortícolas (55%). Em algumas áreas, 27% dos agregados fazem apenas uma refeição por dia.

Riscos

Os agregados fazem face entre um a três riscos que afectam as actividades produtivas, sendo os mais importantes a falta de sementes, a infestação das culturas e a morte de animais. As estratégias de resposta mais comuns são os reajustamentos na dieta e a procura de ajuda ou de emprego/comércio. Uma pequena porção de agregados compensa retirando as crianças da escola, ou casando as filhas mais cedo. 75% dos agregados em maior risco tem recebido ajuda.

Ajuda

Cerca de 44% dos agregados inquiridos tem recebido ajuda. A ajuda alimentar é a forma mais comum de ajuda, a qual é recebida por 73% dos agregados sob assistência. A ajuda agrícola conta com 34%, a assistência não-alimentar com 18% e a monetária com 5%. A ajuda está maioritariamente concentrada nas Zonas 5 e 6. A Zona 6, em particular, tem uma alta concentração de ajuda e uma programação de ajuda mais diversificada, com 22% dos agregados recebendo dois ou mais tipos de ajuda. A ajuda é muito limitada nas Zonas 1 e 2. Na Zona 4, 96% da ajuda é sob forma alimentar.

Índice de riqueza

As áreas de mais baixo índice de riqueza correspondem à vulnerabilidade mais pronunciada dos agregados. Essas zonas possuem a mais alta proporção de agregados vulneráveis, o que significa que as famílias têm relativamente menos posses e, conseqüentemente, enfrentarão mais dificuldades para ultrapassar situações de emergência.

Os agregados chefiados por jovens, com grande número de dependentes, reassentados recentemente e com mais elevada exposição ao risco, tendem a ter um índice mais baixo de riqueza. Os agregados chefiados por mulheres tendem a ser mais ricos, o que pode significar que as mulheres são as que mais se preocupam em proporcionar aos agregados maiores garantias em termos de modos de vida.

Distribuição espacial da vulnerabilidade

Tabela 2 – Síntese das áreas mais vulneráveis do Planalto Central

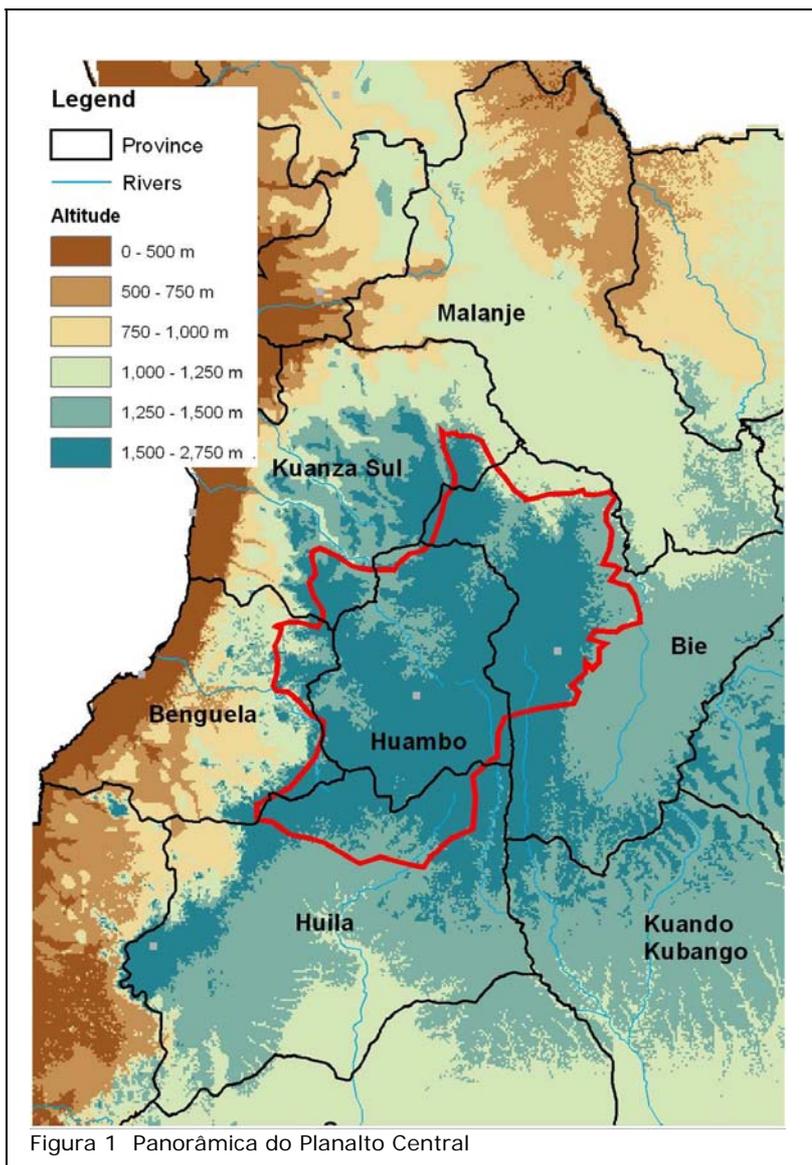
Variáveis	Risco Geográfico
Agregados numerosos	Zonas 1,3, 5 e 7
Chefiados por mulheres	Zonas 3, 4 e 7
Migração	Percentagem mais alta de migração nas Zonas 3,6 e 7. As Zonas 4 e 6 têm a percentagem mais alta de agregados com menos de duas colheitas e a Zona 4 tem o maior fluxo líquido de partidas.
Actividades	As actividades sazonais, tais como a agricultura e os empregos ocasionais são mais significativos nas Zonas 4 e 6. Esta tem a maior diversidade de engajamento familiar em actividades.
Deficiência em insumos agrícolas modernos	As Zonas 3,5 e 7 são as mais deficientes em termos de insumos agrícolas. As duas últimas Zonas queixam-se igualmente de um mercado de trabalho precário.
Rede Viária e Transportes	Basicamente todas as Zonas são deficientes em termos de estradas e transportes.
Acesso à água	As Zonas 1,6 e 7 são as mais problemáticas em termos de fornecimento de água e mais dependentes de fontes de água potável precárias.
Educação	As Zonas 3 e 6 são deficientes em termos de escolarização primária e apresentam a menor percentagem de matrículas.
Saúde	As Zonas 3,5 e 7 são as mais deficientes em termos de disponibilidade de infra-estruturas físicas e profissionais qualificadas.
Mercado	As Zonas 3,5 e 7 são relativamente menos cobertas por mercados.
Programas de assistência	As Zonas 3 e 7 são relativamente menos beneficiadas por projectos de assistência.
Ajuda alimentar	O menor número de pessoas a receber ajuda alimentar encontra-se na Zona 4. As Zonas 1,2 e 6 são as que mais beneficiam.
Degradação ambiental	As Zonas 1 e 2 são as mais desflorestadas.

2. INTRODUÇÃO

2.1 ANTECEDENTES DO INQUÉRITO

A guerra civil que durou 27 anos terminou em 2002, com a morte do líder da UNITA e a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Governo de Angola e a UNITA. Desde o fim da guerra civil, a situação de segurança alimentar nas áreas rurais tem sido dominada pelo regresso e o reassentamento das populações nas suas áreas de origem. Em resultado das distorções causadas pela prolongada luta, esses grupos regressaram geralmente com muito poucos haveres de natureza produtiva ou doméstica e têm estado a reconstruir os seus modos de vida com limitado acesso a serviços básicos e poucas opções de diversificação de rendimentos. Tanto a Análise de Vulnerabilidade de Maio de 2004, levada a cabo pelo PAM e seus parceiros, como a Missão conjunta de Avaliação FAO/PAM de 2004, indicaram que os níveis relativamente mais elevados de pobreza e insegurança alimentar se encontravam no Planalto Central do País, devido às seguintes razões estruturais:

- Pobreza generalizada e poucas posses de natureza produtiva e doméstica a nível dos agregados.
- Agregados muito sensíveis a qualquer risco e recurso extensivo a mecanismos de resposta negativos (venda de carvão e lenha, caça).
- Poucas opções de diversificação de rendimentos, mediante actividades de geração de rendimento.
- Elevada densidade populacional localizada, resultando no limitado acesso às terras aráveis.
- Alta pressão sobre os recursos naturais.
- Modos de vida das populações rurais expostas a vários riscos sociais, produtivos e económicos.



De acordo com estes resultados, o PAM resolveu levar a cabo um inquérito detalhado sobre segurança alimentar para melhor entender as fontes e a dinâmica da vulnerabilidade dos agregados.

O Planalto Central (Figura 1) cobre uma área de 79,040 km² (5% da área total do País) e tem uma população rural estimada em cerca 2,3 milhões de pessoas (57% do total da população da área)².

A recolha de dados foi coordenada pelo PAM/VAM em colaboração com instituições governamentais (Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde), organizações internacionais (UNICEF) e ONG's (Africare, CARE International, Save the Children–UK e World Vision International). A análise estatística foi coordenada pela World Vision e realizada na Universidade de Tulane, em colaboração com o pessoal do PAM/VAM, em Luanda.

O inquérito foi financiado pelo GTZ e pelo DFID.

Os resultados do inquérito foram utilizados para definir o programa de PAM em Angola para os anos 2006-2008.

2.2 OBJECTIVO DO INQUÉRITO

O objectivo global do inquérito de base detalhado sobre segurança alimentar e modos de vida foi a compreensão dos modos de vida da população rural no Planalto Central de Angola. O inquérito visou, em particular, uma melhor compreensão dos níveis crónicos de vulnerabilidade à insegurança alimentar em comunidades expostas ao risco.

Os objectivos mais específicos compreendem:

- Determinar quem são as populações famintas, pobres e vulneráveis e onde vivem.
- Compreender as causas da vulnerabilidade e da insegurança alimentar.
- Determinar a exposição ao risco dos diferentes grupos de agregados e a gestão dos riscos e estratégias de vida das comunidades e agregados.
- Identificar áreas de intervenção em que a ajuda alimentar possa ter vantagem no que se refere à insegurança alimentar e à vulnerabilidade.
- Proporcionar uma base para o desenvolvimento e melhoramento dos sistemas de monitorização segurança alimentar existentes.

O objectivo último da avaliação é assistir o PAM na definição dos seus programas de intervenção, bem como:

- Guiar a formulação de programas de segurança nutricional com recurso a alimentos e *items* não-alimentares, bem como a tomada de decisões que levem à melhoria do modo de vida e da segurança alimentar dos agregados.
- Evidenciar as estratégias comunitárias de segurança alimentar já existentes e que podem ser reforçadas por meio de programas apropriados.
- Conceber programas de ajuda alimentar que complementem e reforcem as estruturas comunitárias em lugar de competir com elas.

2.3 ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A primeira secção dá uma panorâmica da área pesquisada. É seguida do quadro metodológico e analítico, que descreve as técnicas e os instrumentos utilizados para levar a cabo o inquérito. As três secções subsequentes apresentam os resultados da análise, incluindo informações quantitativas de entrevistas a agregados e comunidades. O último capítulo reflecte recomendações para as intervenções do PAM.

² Baseados em dados governamentais do *site*: <http://ecb.jrc.it/natprof/angola/newpage1.htm>.

O inquérito aos agregados abrangeu 160 comunidades rurais, 1,921 agregados em sete zonas agrícolas dos 2,100 planificados, correspondendo a um cumprimento de 91%. Com base nos resultados preliminares do inquérito quantitativo, foram escolhidas 12 aldeias para realizar grupos focais, produzindo informações valiosas sobre o contexto de risco e os modos de vida dentro de cada aldeia, explicando a história por detrás dos números. Em cada uma das aldeias seleccionadas foram realizados sete grupos focais, num total de 48 grupos.

3.2 OS INSTRUMENTOS

O inquérito incluiu tanto instrumentos de recolha quantitativos, como qualitativos. Foram utilizados três instrumentos quantitativos:

1. **Questionário dirigido aos agregados**, incluiu secções sobre a demografia, educação, migração e deslocação temporária, habitação e condições de vida, posse de bens (produtivos e não-produtivos), acesso a serviços sociais, acesso a água e saneamento, produção agrícola, modos de vida, rendimento e despesas, *recall* do consumo alimentar, riscos, choques e estratégias de resposta.
2. **Questionário de nutrição**, que pesquisou de forma detalhada a saúde materna e infantil de crianças abaixo dos cinco anos de idade, incluindo medições antropométricas.
3. **Questionário comunitário** dirigido a um grupo focal composto por 5-6 pessoas-chave da comunidade. Compreende tópicos relacionados com a demografia e movimentos socio-económicos e populacionais, recursos e actividades económicas, infra-estruturas existentes na comunidade, acesso a serviços de saúde e de educação, intervenções externas e estratégias de sobrevivência.

Os questionários aos agregados e comunitários foram seguidos de discussões em grupos focais sobre os seguintes aspectos:

- Modos de vida (homens e mulheres)
- Educação (apenas mulheres)
- Saúde e consumo de alimentos (apenas mulheres)
- Ajuda externa e solidariedade (apenas mulheres)

3.3 RECOLHA E ENTRADA DE DADOS

A recolha primária de dados teve lugar entre Novembro de 2004 e Janeiro de 2005. Nove equipas, cada uma constituída por cinco inquiridores e um supervisor, realizaram a recolha de dados. Os inquiridores e supervisores foram seleccionados entre o pessoal das ONG's a trabalhar na área e em instituições governamentais, tendo frequentado uma sessão de formação de cinco dias sobre os objectivos do inquérito e os métodos de entrevista.

A entrada de dados foi realizada por três digitadores; em seguida, foi feita a sua verificação para eliminação de incoerências, erros e má codificação.

Após alguma análise preliminar dos dados de campo, foram realizados grupos focais por um período de dez dias, em Abril de 2005.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise quantitativa dos dados foi realizada por pessoal da Universidade de Tulane, em colaboração com a World Vision e o PAM, no quadro da iniciativa da World Vision de Monitoria e Relatórios de Alerta Rápido com base em Informação Geoespacial (GWISER). Os efectivos do PAM participaram nas análises.

Os dados qualitativos obtidos a partir das discussões em grupos focais foram analisados de acordo com um quadro analítico sobre riscos e modos de vida desenvolvido pela Unidade de Análise de Vulnerabilidade e Mapas do PAM, sediada em Roma.

Os efectivos do VAM em Luanda compilaram o presente relatório.

3.5 QUADRO ANÁLITICO

Foram aplicadas várias abordagens analíticas para melhor compreensão da vulnerabilidade da população. A triangulação dos resultados destas análises resultou numa robusta classificação dos agregados e das áreas, de acordo com a sua vulnerabilidade à insegurança alimentar.

As abordagens analíticas compreenderam:

- Agrupamento dos agregados de acordo com sete parâmetros:
 - Deslocação - a percentagem de pessoas que se deslocaram no passado e o tempo de deslocação (menos de um ano significando a probabilidade de não realização de qualquer colheita);
 - Modo de vida – as três principais actividades dos agregados;
 - Bens produtivos – a percentagem de agregados que possui bens agrícolas;
 - Diversidade de rendimento – a média do número de fontes de rendimento além do principal modo de vida (agricultura);
 - Dieta – a frequência e a diversidade da dieta baseada nos grupos de alimentos do Projecto “Food and Nutrition Technicall Assistance” (FANTA);
 - Exposição ao risco – os vários tipos de risco a que os agregados estão expostos;
 - Ajuda – a percentagem de agregados a receber ajuda e a percentagem de tipos de ajuda recebida.
- Análise do rendimento dos agregados a curto e longo prazos (análise da riqueza).
- Análise da economia dos agregados a curto e a longo prazos. Os agregados foram igualmente caracterizados pela forma como acedem aos alimentos (por exemplo, produção própria, compra, ajuda). Trata-se essencialmente de uma análise de curto prazo, na medida em que esta realça mais a capacidade dos agregados acederem à alimentação do que a de gerarem meios sustentáveis mediante geração de rendimento, posse de bens ou de animais para satisfazer as necessidades da sua dieta alimentar.
- As discussões em grupos focais produziram informações valiosas sobre o contexto dos riscos e dos modos de vida dentro de cada parâmetro, explicando a história que está por trás dos números.

As diferentes abordagens analíticas e a sua triangulação resultaram em:

1. **Definição das fontes da vulnerabilidade.** Estas são obtidas identificando:
 - Os grupos-chave vulneráveis e as suas condições de vida, os riscos que enfrentam e a incidência destes riscos;
 - Os riscos-chave e os choques (tanto idiossincráticos, como co-variados, e a sua incidência e impacto) e
 - Os mecanismos formais e informais de sobrevivência dos agregados e comunidades.
2. **Melhor compreensão da natureza multidimensional da vulnerabilidade**, que visa resumir as outras fontes de vulnerabilidade para além da tríade “riqueza material, rendimento e consumo”. A mesma inclui a vulnerabilidade devida a uma educação limitada, fraca nutrição e saúde, ou falta de acesso a emprego remunerado, a habitação e a serviços básicos.
3. **Documentação da correlação entre características dos agregados e vulnerabilidade.** Atendeu-se a: (i) quantificação dos que correm risco de insegurança alimentar e (ii) identificação das características dos agregados que são sinais desta vulnerabilidade. Limitou-se a análise a uma dimensão particular de bem-estar (o consumo).

A análise concentra-se na caracterização dos grupos de pobres e famintos, isto é, aqueles que tomam uma refeição por dia ou menos e cuja dieta é pouco diversificada.

4. O PLANALTO CENTRAL DE ANGOLA

O Planalto Central de Angola constitui um conjunto planáltico bem definido no centro de Angola, com uma altitude que vai de 1,000m a 2,500m. A sua área compreende toda a província do Huambo, uma grande parte do ocidente do Bié e áreas menores das províncias da Huíla, Benguela e Kuanza Sul. Tem uma média de altitude de 1,500m e cobre quase dois terços da área combinada dessas províncias.

4.1 SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E MODOS DE VIDA

Um terço da população rural de Angola vive no Planalto Central, daí a sua importância em termos de actividades agro-económicas. A distribuição espacial está altamente correlacionada com a qualidade da terra arável, tendo como resultado uma densa concentração populacional nas melhores terras.

O grupo étnico *Ovimbundu* é o mais importante no Planalto. Teve origem na mistura de grupos de origem diversa (de vários tamanhos), fruto de uma grande mobilidade histórica.

Antes da independência, em 1975, o Planalto Central era caracterizado por importantes actividades agrícolas e comerciais. A agricultura extensiva (baseada na cultura do milho consociada com o feijão, a mandioca e a batata doce) era a principal actividade. Embora os insumos agrícolas fossem limitados e os solos pobres, a criação do gado proporcionou o necessário transporte e tracção e, a par de uma boa rede comercial, boas condições de vida para a população rural.

Depois da independência, o principal modo de vida não se alterou, mas a degradação da rede rodoviária e o impacto da guerra, com as deslocações dela resultantes afectaram gravemente os modos de vida rurais (ver caixa). Actualmente 95% dos agregados é de camponeses, com muito pouco acesso a insumos agrícolas, equipamento de baixa tecnologia. A redistribuição da população durante a guerra – forçada a estabelecer-se em grande número em pequenas áreas – resultou numa degradação acelerada da vegetação e do solo. A desflorestação continua devido à alta pressão populacional.

A deslocação da população no Planalto Central

Antes da independência, os principais movimentos migratórios a partir das áreas rurais para as urbanas estavam ligados ao desenvolvimento económico do País. A instabilidade política após a independência e a guerra intensificaram estes movimentos. Na altura dos Acordos de Bicesse (1991) havia cerca de 800,000 deslocados, com apenas um pequeno número de pessoas a regressar às terras de origem no período de paz entre 1991 e 1992. O número de pessoas deslocadas aumentou em cerca de 2 milhões devido ao reinício do conflito após o fracasso eleitoral de Setembro/Outubro de 1992.

As deslocações tornaram-se significativas quando a guerra em larga escala irrompeu durante a segunda metade de 1998. A luta entre o Governo e as tropas da UNITA recrudescceu especialmente no Norte, Leste e Planalto Central e os ataques armados nas aldeias e emboscadas aconteceram em muitas outras partes do País. A OCHA estimou que, entre 1998 e Fevereiro de 2002, mais de três milhões de pessoas afectadas pela guerra fugiram do interior para as principais áreas urbanas, elevando o número total de pessoas deslocadas em Angola para 4,1 milhões. A guerra estava especialmente concentrada no Planalto Central nas províncias do Moxico e Kuando Kubango. Com um padrão adicional e distintivo: os aldeões eram deliberadamente utilizados para a consecução de estratégias militares; as operações de limpeza conseguiram esvaziar parte significativas do interior, impedindo que as forças da UNITA recrutassem combatentes e utilizando o apoio alimentar vital que era dado aos civis.

"A contínua deslocação de populações das áreas rurais para as urbanas alterou a demografia do País, de predominantemente rural para uma em que cerca de 60% da população vive agora em centros urbanos". Foram, na sua maioria, deslocados várias vezes, perderam vários laços de família e com as comunidades de origem. Estão actualmente concentrados na faixa litoral e nos centros urbanos mais importantes do País (Fonte: Global IDP Project).

Dois anos depois do Acordo de Paz do Luena, em Abril de 2002, o Governo declara que 2,34 milhões de deslocados haviam regressado às suas áreas de origem, sobretudo nas províncias do Huambo, Benguela, Kuanza Sul e Bié. Além disso, cerca de metade dos 450,000 refugiados, que se estima se haviam refugiado nos países vizinhos, regressaram às terras de origem após as hostilidades.

É geralmente considerado que os solos do Planalto são mais vocacionados para a silvicultura e a criação intensiva de gado, o que poderia garantir um modo de vida mais sustentável.

4.2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS

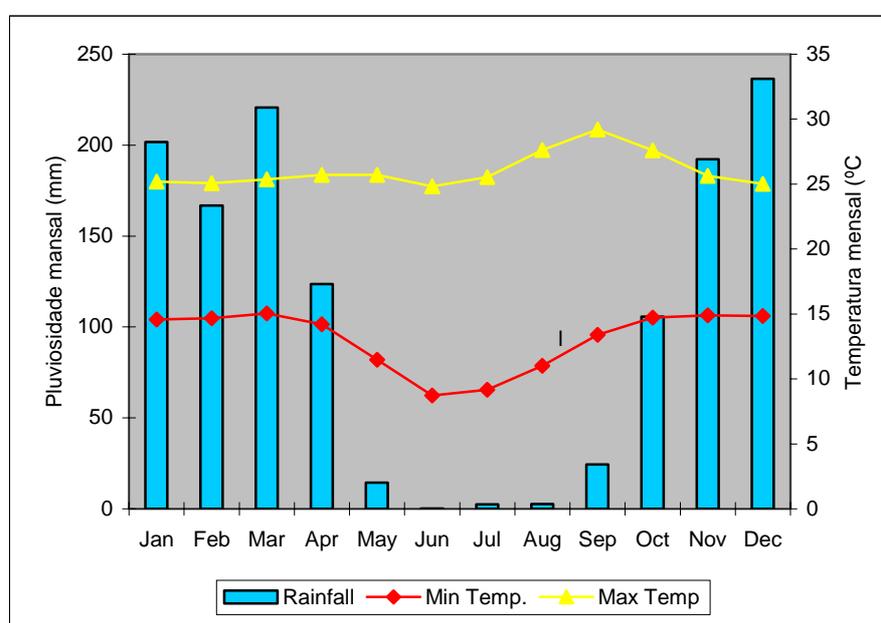
4.2.1 Clima

O Planalto tem uma estação seca fria e uma estação chuvosa quente, com chuvas abundantes que causam inundações periódicas. A estação húmida dura sete meses e é ligeiramente mais longa a Norte do que a Sul da área. Começa em Setembro e termina em Abril. A pluviosidade varia entre 1,000 e 1,500mm, sendo o mês de Dezembro o mais húmido. Há muitas vezes um pequeno período seco (pequeno cacimbo) durante o mês de Fevereiro. Geralmente, o Planalto goza de um clima muito favorável, com chuvas regulares.

As temperaturas máximas variam entre os 25 e os 27°C e são ligeiramente mais altas durante a estação húmida. A temperatura mínima varia entre os 11 e os 13°C.

A Figura 3 a seguir ilustra a pluviosidade média e as temperaturas no Planalto Central.

Figura 3 Pluviosidade e temperaturas médias no Planalto Central (Fonte: FAO, FAOCLIM)



A pluviosidade no Planalto Central constitui a principal fonte de água para os países vizinhos mais áridos, especialmente a Namíbia e o Botswana.

4.2.2 Solos

São dominantes dois tipos de solos no Planalto Central: *solos ferralíticos* nas terras altas e solos aluvionais nas terras húmidas mais baixas. Os solos ferralíticos são dominantes, mas têm baixa produtividade agrícola devido ao baixo nível em nutrientes, à baixa capacidade de retenção da água e ao baixo teor de matéria orgânica. Estes aspectos concorrem para o alto índice de erosão e geralmente baixo rendimento das culturas. A produção de milho, nestes solos, varia entre os 100 e 400 Kg por hectare.

Os *solos aluvionais* encontram-se em depressões e vales. São solos produtivos e podem proporcionar produções significativas de praticamente uma tonelada métrica de milho por hectare. No entanto, existe grande pressão populacional sobre estes solos e nem todos os agregados têm acesso a eles. Localizados nas terras baixas e nos vales sofrem muitas vezes com o excesso de água.

5. PADRÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DE POBREZA DOS AGREGADOS

Esta secção apresenta uma descrição detalhada dos indicadores relacionados com a segurança alimentar e com a pobreza a nível dos agregados e das comunidades, na medida em que os indicadores são os mesmos para todos na comunidade.

5.1 DEMOGRAFIA

5.1.1 Chefe de Agregado

Mais de metade dos agregados inquiridos (57%) são chefiadas por homens. Os chefes de agregado femininos representam 36%, os idosos 5% e as crianças 2%. As zonas 3, 6 e 7 têm uma maior proporção de agregados chefiados por mulheres e idosos do que as outras zonas e a percentagem de agregados chefiados por crianças é mais elevada na Zona 5 do que nas outras.

O tamanho médio do agregado é de cinco pessoas. O rácio de dependência mostra uma distribuição normal, tendo a maioria das famílias entre 1 e 2 dependentes. 12% dos agregados inquiridos na região têm membros portadores de deficiência mental e/ou fisicamente.

5.1.2 Educação

A educação é extremamente limitada na área, onde 60% dos chefes de agregado é analfabeto. De entre os que sabem ler e escrever, 73% nunca foi para além da instrução primária. Dadas as interrupções na educação e as deslocações durante a guerra, muitas crianças iniciaram a instrução primária tardiamente.

A tabela 4 mostra que as matrículas na escola primária são de 115%, 15% superior ao número total de crianças com idade compreendida entre os 5-10 anos. Isto indica que muitas crianças com mais de 10 anos de idade frequentam ainda a instrução primária. No total, 63% das crianças entre os 5 e os 18 anos está matriculada na escola primária. Não há diferenças significativas de género. O número de matrículas reduz radicalmente para 5% na instrução secundária dentro do grupo de idade dos 10-18 anos.

Tabela 4 – Matrículas por nível de escolaridade e grupos de idade

Matrículas	Primário	Secundário
Total de matrículas no grupo de idades	115%	11%
Total de crianças (5-18)	63%	5%

O analfabetismo entre os chefes de agregado é especialmente mais elevado na província do Bié (Zonas 3 e 7), o que se correlaciona de forma evidente com o facto de os agregados serem chefiados por mulheres. Isto sugere que a educação encerra em si uma potencial influência de género. Há a probabilidade de a falta de instrução se estender à próxima geração, pois as crianças nas Zonas 3 e 7 têm igualmente um das mais baixas taxas de matrícula na instrução primária e secundária.

O inquérito mostra que 60% das comunidades do Planalto tem uma escola primária e para aquelas que não têm escola, a média da distância até à mais próxima é de 5 Km. No entanto, a discussão em grupos focais indicou que muitas dessas escolas não funcionam em condições por falta de materiais e de professores.

As discussões nos grupos focais revelaram igualmente que muitas crianças não frequentam a escola por uma variedade de razões: falta de documentos, ausência dos professores e situação económica dos agregados. Os agregados mais pobres não conseguem enviar as crianças para escolas longe de casa, por terem poucos haveres e baixos rendimentos.

Os que se encontram nas escolas não têm boa instrução devido à falta de livros e de materiais escolares, à baixa qualificação dos professores e à pouca frequência das aulas.

Há uma clara diferenciação entre o impacto desta situação sobre os rapazes e as raparigas, pois estas acabam por se casar e engravidar muito cedo.

*“Mesmo se a criança estiver com a tia o peso financeiro fica com os pais; se eles não conseguirem trazer a criança de volta”, **Julieta Nialasso**, Bailundo (Huambo).*

*“Se as crianças não estudam e as pessoas crescidas que estudaram antes (época colonial) estão a morrer, o que é que será (do futuro das famílias e das comunidades)? Os homens ainda vão lá, mas as mulheres com 15 anos casam ou engravidam no disco e acabou-se” **Beatriz Nessesje**, Andulo (Bié).*

As comunidades acham que o seu futuro como famílias e comunidades está comprometido, pois a instrução é uma necessidade de base.

Elas acham também que é da responsabilidade do Governo dirigir as escolas. Entretanto, algumas indicaram duas formas principais de lidar com a fraca escolarização: mandar as crianças viver com parentes que habitam nas capitais provinciais (mas os agregados são geralmente pobres e só podem mandar uma ou duas crianças) e as mulheres têm que fazer trabalhos ocasionais para cobrir as despesas relacionadas com a educação.

5.1.3 Deslocação

Mais de dois terços da população da amostra esteve na condição de deslocada nalgum momento no passado. A população flutuante tende, por isso, a constituir uma importante porção da população total da região.

A maioria dos que se deslocaram encontram-se no Bié (30%) e no Huambo (32%). A última vaga de reassentamento maciço na região teve lugar em 2002-03, o que é bem reflectido pelos 47% do total da população deslocada. Metade destas famílias (23% do total) tinha menos de duas colheitas realizadas na altura do inquérito. Os recém retornados (com menos de 1 ano e provavelmente sem qualquer colheita) representam mais de 6% da população total da amostra.

As deslocações e a data de regresso estão entre os principais factores de discriminação, contribuindo para as causas de vulnerabilidade dos agregados.

5.2 CONDIÇÕES DE VIDA

5.2.1 Habitação

97% dos agregados vive em casas individuais. Casa de adobe com tecto de capim é o tipo prevalente (56%), seguido das casas de pau-a-pique com tecto de capim (31%). 71% tem um quarto para dormir, geralmente partilhado por 3-5 pessoas.

No entanto, a sobre-ocupação (pessoas por quarto de dormir ≥ 6 como padrão) é uma preocupação para 22% dos agregados. Este é um problema especialmente na Zona 6, onde 30% dos agregados tem que partilhar uma área para dormir com 5 ou mais pessoas. Cerca de 13-14% dos agregados nas Zonas 2, 4 e 7 vivem em agregados lotados.

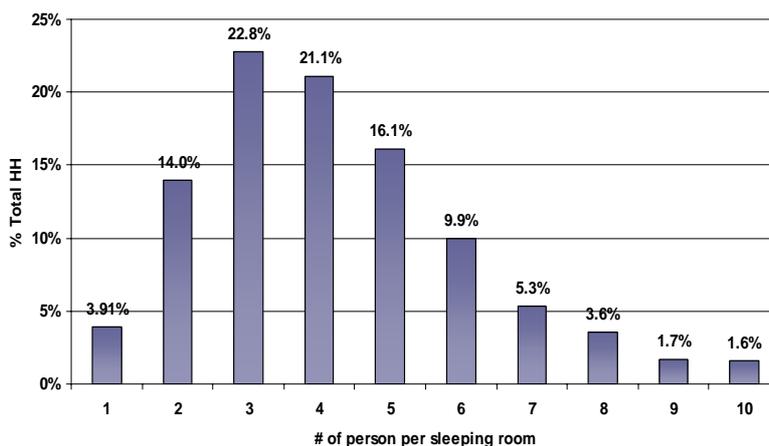


Figura 4 Tamanho do agregado por quarto de dormir

5.2.2 Fontes de energia

Dada a falta de electricidade, o petróleo/combustível constitui a principal fonte de iluminação para 83% dos agregados, enquanto que a lenha recolhida proporciona 93% do combustível de cozinha dos agregados. Outras fontes de combustíveis para cozinha, como o carvão, são utilizadas por apenas 2,4% dos agregados e os fogões de qualquer espécie limitam-se a 7%. O gás é uma fonte de energia muito limitada, utilizada por apenas 0.2% dos agregados.

5.2.3 Água potável

Os agregados dependem do meio (i.e. rios e fontes) para se abastecerem de água para consumo. Os rios são a principal fonte de água para consumo para 50% dos agregados, registando-se um máximo a Norte do Planalto (Zona 5), onde 70% dos agregados obtém água para consumo do rio.

Quase todos os agregados (96%) vivem a 30 minutos de uma fonte de água e 66% a 15 minutos.

5.3 BENS

Uma grande maioria de agregados tem acesso a insumos agrícolas, mas os que existem são de baixa tecnologia e altamente ineficientes. A enxada é o instrumento mais comum e no que se refere aos agregados das Zonas 3 e 7 este é o único instrumento agrícola.

A figura 5 ilustra o acesso aos bens produtivos e não-produtivos; 96% dos agregados possui uma enxada, 30% um rádio e outros tipos de bens são possuídos por menos de 7%. A diversidade de bens é ilustrada na figura 6 e mostra que 92% dos agregados tem 2 bens ou menos

Figura 5 Posse de bens pelos agregados por tipo

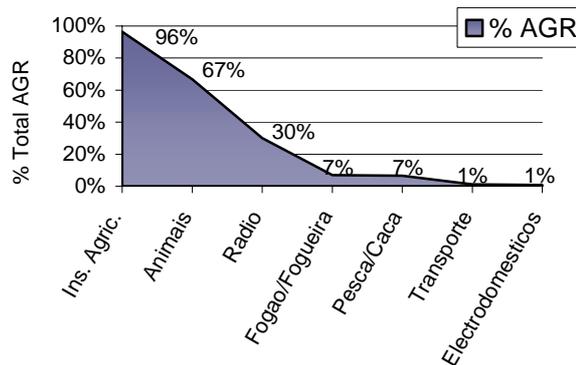
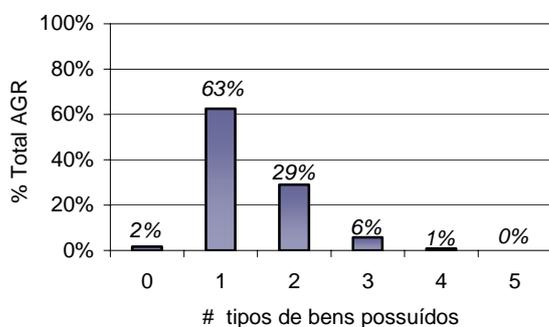


Figura 6 Diversidade de Bens



(excepto a posse de animais, tipicamente uma enxada e um rádio). Poucos agregados possuem qualquer espécie de electrodomésticos ou meios de transporte.

A posse de bois de tracção é extremamente limitada: além da Zona 4 e, de certa forma, a Zona 2, menos de 5% dos agregados possui bois.

A tabela 5 ilustra a posse de bens com mais detalhe. A Zona 4 tem mais do que a média da população de agregados com equipamento de pesca e caça (16% vs 7% respectivamente)

Tabela 5: Posse de bens por tipo

Tipo de bem	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Ins. agrícolas	97%	97%	99%	97%	96%	92%	97%	96%
Enxada	97%	97%	99%	96%	96%	91%	97%	96%
Bois tracção	3%	10%		20%	2%	4%		6%
Charrua	2%	8%		20%	2%	9%		6%
Pulverizador	0%	0%		0%	0%	-		0%
Rádio	29%	37%	25%	32%	24%	36%	21%	30%
Fogão/fogueira	6%	10%	1%	10%	1%	13%	6%	7%
Equip. pesca/caça	5%	3%	8%	16%	4%	6%	6%	7%
Transporte	2%	2%	-	2%	1%	0%	1%	1%
Electrodomésticos	1%	2%	-	1%	-	0%	1%	1%

5.4 MODOS DE VIDA

A agricultura é o modo de vida principal, praticado por 94% da população (tabela 6). Além da agricultura, 65% das famílias ocupam-se também na criação de gado e apenas 5% estão também envolvidos na pesca. Muito poucas famílias dependem unicamente da criação de gado ou da pesca, no seu modo de vida.

Tabela 6 Modos de vida

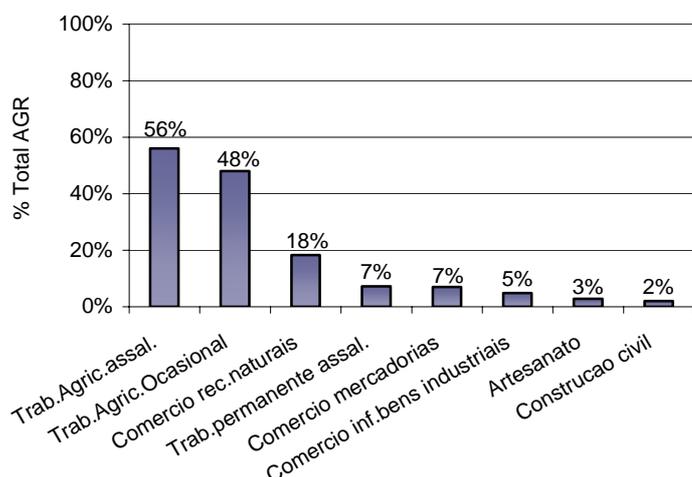
MODOS DE VIDA	% AGR
Agricultura	93.9
Agricultura + criação de animais	64.4
Agricultura + pesca	5.3
Apenas criação de animais	2.2
Apenas pesca	0.4

Outras oportunidades de diversificação de rendimentos são extremamente limitadas e 60% dos agregados não tem outras fontes de rendimento para suplementar as suas actividades agrícolas (figura 7). Quando há fontes de rendimento adicionais, o trabalho assalariado e o trabalho

ocasional agrícola representa 56% e 48% do emprego respectivamente. O trabalho permanente apenas está disponível para 7% dos agregados, 13% ocupa-se da venda de mercadorias e 18% do comércio de recursos naturais, especialmente corte de madeira e lenha para o fabrico de carvão.

Particularmente na Zona 5, este tipo de rendimento é limitado e 75% dos agregados depende da agricultura e da criação de animais como modo de vida; o trabalho permanente remunerado e o trabalho agrícola ocasional são, aqui, limitados.

Figura 7 Fontes adicionais de rendimento (agrícolas e não-agrícolas)



Os agregados na Zona 1, 6 e 7 têm geralmente pelo menos uma fonte adicional de rendimento, embora tenham uma proporção menor de posse de animais.

A diversidade de modos de vida (tabela 7) é relativamente mais elevada na Zona 6, onde 20% dos agregados tem dois ou mais fontes de rendimento, seguida pelas Zona 3 e 4, onde cerca de 40% dos agregados tem 1-2 fontes de rendimento.

Tabela 7 – Diversidade de modos de vida

# Fontes Renda Adicionais	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
0	55%	67%	57%	54%	75%	58%	50%	60%
1	38%	27%	32%	30%	20%	19%	40%	29%
2	6%	2%	10%	14%	3%	10%	7%	7%
3	1%	3%	2%	1%	1%	11%	2%	3%
4	-	1%	-	1%	-	1%	2%	1%
5	-	0%	-	-	-	-	-	0%

A tabela 8 ilustra a importância de fontes adicionais de rendimento por zona. Além do trabalho agrícola, o trabalho assalariado tem apenas alguma importância significativa na Zona 6 e o comércio nas Zonas 3 e 7.

Tabela 8: Descrição do rendimento adicional por fonte

Fontes Renda Adicionais	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Trabalho agrícola assalariado	58%	58%	49%	60%	38%	66%	60%	56%
Trabalho agrícola ocasional	50%	53%	47%	38%	32%	59%	56%	48%
Trabalho permanente assalariado	5%	10%	3%	8%	4%	16%	3%	7%
Comércio de bens transformados	7%	2%	15%	3%	9%	3%	13%	7%
Comércio informal bens industriais	6%	5%	4%	1%	4%	10%	5%	5%
Artesanato	2%	2%	7%	2%	1%	1%	6%	3%
Construção civil	2%	2%	4%	3%	0%	1%	3%	2%

Nos grupos focais sobre os modos de vida, homens e mulheres concordaram com a falta de instrumentos para o trabalho agrícola, a insuficiência de sementes e fertilizantes e o seu elevado custo no mercado.

No entanto, homens e mulheres têm pontos de vista e/ou prioridades diferentes em termos de produção agrícola; os homens referiam-se mais à falta de bois e charruas como sendo a sua principal preocupação para aumentar as áreas de produção, enquanto que as mulheres se queixavam da falta de sementes de hortícolas e batata, i.e. de culturas de rendimento e da falta ou pouco dinamismo dos mercados, como o principal problema para aquisição de capital.

Para compensar a baixa fertilidade do solo e a incapacidade de comprar fertilizantes nos mercados, os agregados adoptam estratégias de resposta negativas, tais como o corte de árvores para aumentar as áreas em cultura. Outra estratégia para compensar a baixa produção de cereais

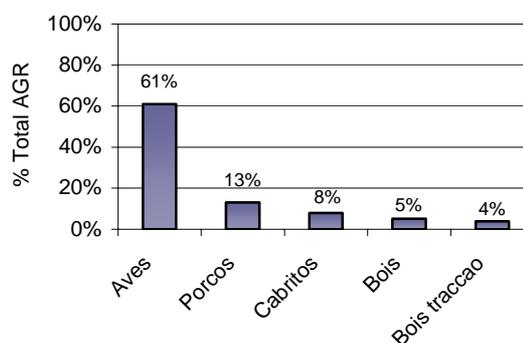
é a abertura de mais lavras para implantação de tubérculos como mandioca e batata doce, mas mesmo assim existe uma necessidade aguda de material vegetativo apropriado.

Outro problema referido, tanto por homens, como por mulheres é o baixo poder de germinação das sementes locais e a inadequação das provenientes de doações.

5.4.1 Posse de animais

Dois terços da população possui animais (figura 8), mas a diversidade de animais é baixa. À excepção das aves domésticas, a proporção de animais possuídos pelos agregados cai para 22%, com 13% dos agregados referindo posse de porcos e 8% de cabritos. Os animais de grande porte, tais como bois, são criados por apenas 5% dos agregados. A utilização de animais para a produção agrícola é insignificante, apenas 4% dos agregados possui um boi.

Figura 8 Posse de animais



Os agregados nas Zonas 4 e 6 têm uma relativamente elevada diversidade de animais³, que incluem animais de maior porte, tais como porcos, cabras e bois. Na Zona 3, apesar da grande proporção de posse de animais, a criação destes limita-se a aves domésticas (tabela 9).

Tabela 9 Discrição da posse de animais por tipo

Animais de porte	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Vacas	4%	9%	0%	19%	2%	18%	0%	8%
Boi	3%	10%	-	20%	2%	4%	-	6%
Pequenos animais								
Galinhas	95%	87%	92%	90%	96%	87%	87%	91%
Porcos	6%	15%	16%	28%	10%	52%	17%	20%
Cabras	6%	15%	8%	19%	13%	15%	6%	12%
Coelhos	3%	3%	2%	1%	1%	1%	3%	2%
Outros	7%	1%	6%	2%	3%	2%	6%	4%

A posse de pequenos animais vem aumentando, embora os camponeses não o considerem ainda uma base significativa de património. Em algumas áreas foram referidos esquemas de crédito para a obtenção de cabras, mas a doença é um constrangimento para o pagamento dos créditos.

Os animais de traccão estão entre as necessidades e prioridades mais usualmente mencionadas em todas as zonas. Os camponeses referem, por vezes, possuírem charruas antigas, mas não têm animais para elas. Não há instituições que concedam crédito para comprar este tipo de animais. Ao mesmo tempo, os agregados não têm capital suficiente para arrendar charruas e animais, pois os preços são muito altos; apenas um reduzido número de agregados tem a capacidade de o fazer em associação.

"Se tens uma galinha é como se não tivesse, porque chega a doença e a galinha morre e não tens nada. As galinhas são atingidas pela doença (tchiefo) em Junho e Julho e as cabras são afectadas por gorgulhos (tchingumba) todo o ano". Pedro Zumbi.

³ A diversidade de animais é a soma dos animais em posse dos agregados – incluindo galinhas, cabras, bois, porcos, bois de traccão, coelhos e outros.

5.4.2 Fontes de rendimento

A análise do rendimento dos agregados para as várias actividades económicas mostra que o trabalho assalariado permanente produz rendimentos médios mais elevados, seguido do comércio informal de bens industriais e da construção civil. No entanto, muitos agregados estão engajados em actividades temporárias no sector agrícola, como trabalho agrícola ocasional (13%), ou comércio de recursos naturais (18%), que são actividades relativamente menos bem remuneradas.

Há duas fontes de rendimento principais dos agregados:

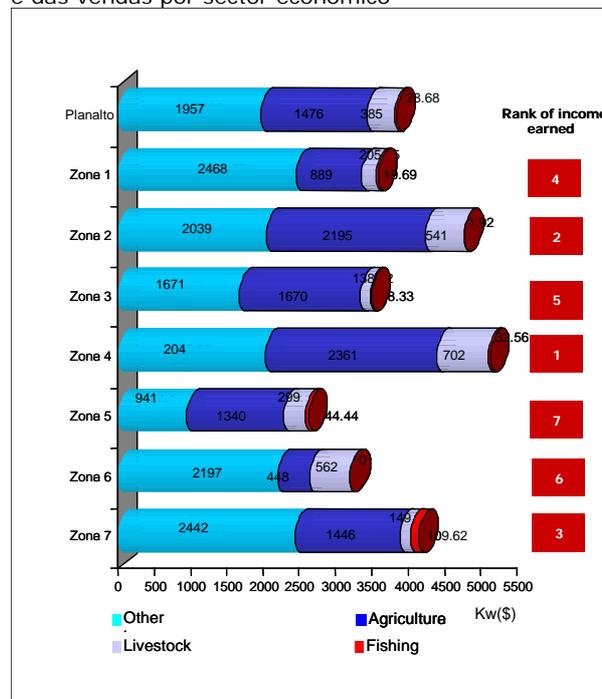
- (i) Rendimentos provenientes da venda de produtos agrícolas e animais;
- (ii) Rendimentos do trabalho remunerado no sector agrícola.

A maior parte dos produtos agrícolas produzidos são utilizados para o auto-consumo. Cerca de 20 a 25% do produto agrícola é guardado para semente e apenas uma pequena proporção é vendida nos mercados. A figura 9 resume o rendimento total recebido da produção própria e do salário.

A mesma figura mostra que a Zona 5 é a mais pobre em termos de rendimento total. As Zonas 1, 3 e 4 são as mais ricas. A Zona 7 é um grupo intermédio. O trabalho agrícola ocasional é a principal fonte adicional de rendimento mencionada pelos grupos focais. No entanto, ele é feito com base em recrutamento diário, geralmente por troca por alimentos ou para pagar de imediato despesas de saúde ou de educação. As mulheres sentem fortemente que o mercado favorece a mão de obra masculina e também que ela é uma fonte de rendimento sazonal, com elevados níveis de competição.

Outras fontes de rendimento referidas são a fabricação local e a venda de bebidas e a venda de lenha e carvão vegetal. A primeira é tida como sendo de grande procura, mas dado que os famílias são geralmente pobres não conseguem pagar muito pelas bebidas.

Figura 9 Rendimento médio mensal da mão-de-obra e das vendas por sector económico



"Com o saco de carvão na cabeça, a gente parte o pescoço", Domingos Ngongo, Cunhinga (Bié)

"Toda a gente trabalha, todos vão nos mesmos sítios para cortar, toda a gente vende na mesma praça. É por isso que os preços são tão baixos!", Severina Neta, Cassumbe, Andulo (Bié).

"A mata está a acabar, se a gente vai lá, a gente não pode cultivar, a gente não pode ir ver as crianças, vamos fazer como?", Josefa Ngueve, Huambo.

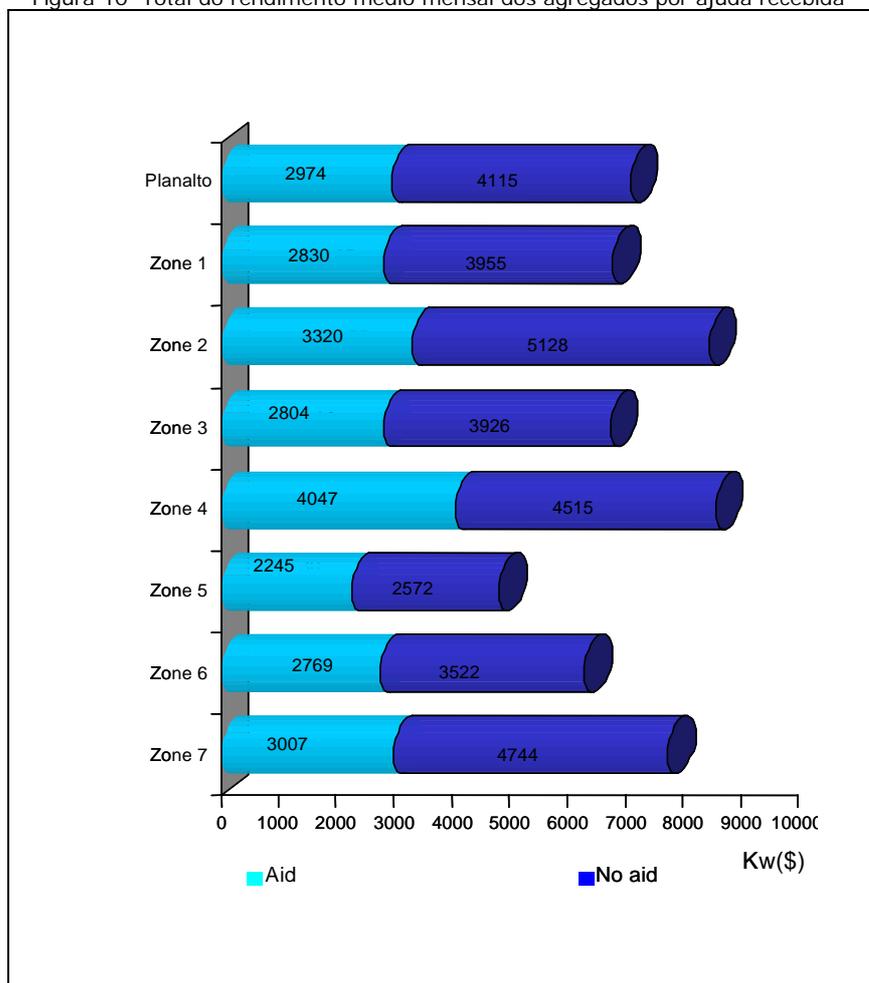
A lenha e o carvão são vistos como sendo cada vez mais difíceis, pois as florestas encontram-se cada vez mais longe e requerem muito tempo e esforço para um retorno limitado. Muitas pessoas disseram que o máximo que podem obter são dois sacos (50 kg) por semana e cada um é vendido no máximo a 300 Kz, na estrada principal junto da aldeia. Não podem deslocar-se para grandes mercados para vender a melhores preços.

O milho e o feijão são os produtos agrícolas mais comuns, vendidos por 27% e 23% dos agregados respectivamente. Geralmente, a batata, o feijão e as hortícolas geram rendimentos mais altos. Nas Zonas 2,3 e 4 o feijão e o café encontram-se em primeiro lugar. Nas Zonas 5 e 6, o milho e o feijão são as categorias mais importantes. As hortícolas jogam um papel importante nas Zonas 1 e 7.

Há, regra geral, uma relação inversa entre o rendimento obtido e o nível de deslocação. Esta tendência é particularmente significativa na Zona 4, onde se localizam os agregados que apresentam a mais alta percentagem de deslocação. É digno de nota que, ainda que esta zona seja das mais ricas áreas em termos de rendimento obtido, fica em terceiro lugar em termos de ajuda recebida. Isto pode ser um indicador de má selecção, mas esta zona apresenta a mais

elevada percentagem de deslocação e a diferença de rendimentos obtida entre agregados deslocados não deslocados é a mais alta, o que quer dizer que os agregados deslocados precisam realmente de atenção em termos de ajuda alimentar (Figura 1010).

Figura 10 Total do rendimento médio mensal dos agregados por ajuda recebida



5.5 O ÍNDICE DE RIQUEZA

Esta secção descreve a construção de um índice de riqueza, que representa o padrão do rendimento dos agregados a longo prazo. Supõe-se que esta medida de riqueza representa melhor a capacidade dos agregados ultrapassarem situações de emergência.

O rendimento total pode ser considerado como uma componente a curto prazo da riqueza do agregado, enquanto que a posse de bens é antes uma componente de longo prazo. A variável do rendimento total foi definida directamente a partir dos dados do inquérito, como sendo a soma do rendimento obtido com o trabalho e as vendas. Os agregados mais ricos em termos de património estão mais preparados para enfrentar situações de emergência, dado que nessas condições se regista um colapso no mercado de emprego que gera o rendimento de curto prazo e o agregado já não pode contar com esta fonte de rendimento.

O índice de riqueza aparece como sendo estatisticamente mais robusto do que o rendimento total, visto que a primeira variável é explicada por 95% das características dos agregados, enquanto que a segunda é explicada por apenas 18% das características comuns dos agregados.

A tabela 10 mostra os resultados do índice de riqueza *versus* o rendimento total (em Kz) por zona (valores mais elevados no índice são melhores). As Zonas 5, 7 e 3 são as mais vulneráveis em termos do índice, o que significa que os agregados têm relativamente menos bens e, conseqüentemente, enfrentarão maiores dificuldades para lidar com situações de emergência. Aqueles resultados correspondem a um agrupamento de agregados em que as Zonas 3, 5 e 7 aparecem como tendo de proporção mais elevada de agregados vulneráveis, bem como sendo os

que possuem maior rácio de dependência, alta exposição a riscos, recebem ajuda, são constituídos por recém retornados e chefiados por jovens ou indivíduos divorciados.

Tabela 10 Índice de posse de bens e rendimento médio mensal

Variáveis	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7
Rendimento total (em Kz)	3,412.9	4,335.3	3,318.4	4,642.9	2,406.1	2,911.3	3,854.2
Índice de riqueza	0.14	0.72	-0.26	0.03	-0.59	0.07	-0.33
Classificação do índice de riqueza	2	1	5	4	7	3	6
Índice da qualidade da casa e acesso à água*	0.35	0.85	-0.09	-0.21	-0.49	-0.12	-0.75
Índice de posse de bens e equipamentos	-0.05	0.31	-0.18	-0.02	-0.13	0.07	-0.09
Índice de posse de animais	-0.40	0.06	-0.23	0.44	-0.27	0.60	-0.14

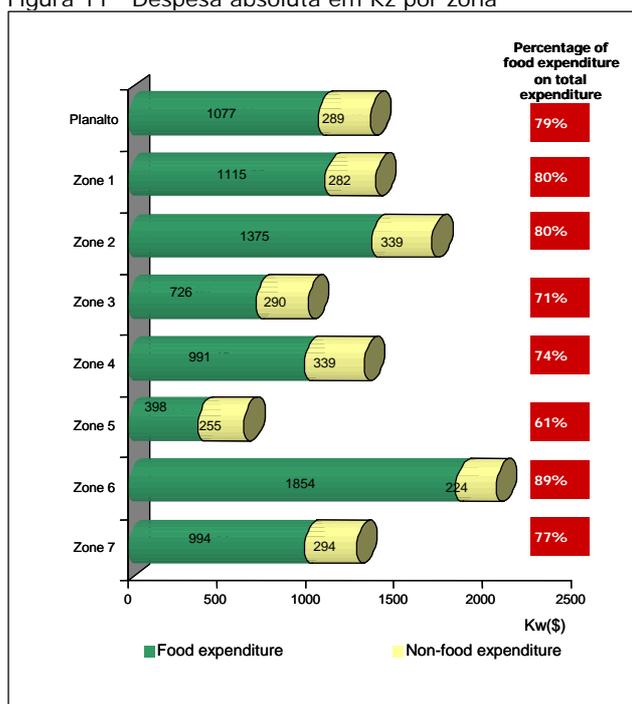
* As fontes de energia utilizadas para iluminar e cozinhar foram também incluídas nesta categoria.

As condições de habitação constituem uma componente importante do índice de riqueza nas Zonas 5 e 7. Na Zona 3, a escassez de animais para consumo é a principal fonte de vulnerabilidade. As Zonas 1 e 2 são as mais ricas, enquanto que as Zonas 4 e 5 estão num grupo intermédio. O índice de habitação tem o impacto mais positivo sobre o índice de riqueza nas Zonas 1 e 2, enquanto que as Zonas 4 e 6 são mais influenciadas positivamente pela posse de animais. Este último resultado é explicado sobretudo pela relativamente elevada diversidade de tipos de animais existentes nessas áreas.

A classificação de grupos de população vulnerável no capítulo 6 baseia-se nos coeficientes de regressão do índice de riqueza. O objectivo de proceder a esta regressão foi o de compreender a forma como as características dos agregados estão relacionadas com a sua riqueza.

Os agregados chefiados por jovens, com um alto índice de dependência, recém-retornados e com elevada exposição a riscos, tendem a possuir um menor índice de riqueza. Os agregados chefiados por mulheres tendem a ser mais ricos, o que pode indicar que as mulheres se preocupam mais em proporcionar às famílias um modo de vida sustentável. De entre estes, destacam-se os agregados com menor índice de riqueza, que recebem ajuda, mais expostos a riscos e chefiados por divorciados.

Figura 11 Despesa absoluta em Kw por zona



5.6 DESPESAS

Existe uma ligação coerente entre rendimento e despesa, possuindo as Zonas mais ricas maiores níveis de despesas (figura 11). A única excepção reside na Zona 6, uma das mais pobres, mas que apresenta a mais alta despesa monetária, especialmente em bens alimentares. Esta situação pode ser explicada pelo facto de que esta zona tem a menor participação no sector agrícola e é de esperar que os excedentes alimentares para auto-consumo sejam insuficientes para as necessidades de dieta médias dos agregados. Por essa razão, os agregados precisam de comprar relativamente mais alimentos.

A percentagem de despesas alimentares no total das despesas é muito elevada (80%). A Zona 5 está entre as regiões mais pobres, mas tem a menor proporção de despesas alimentares. Este

facto pode ser explicado pelo facto de que esta zona recebe mais ajuda alimentar, como analisado mais abaixo.

5.7 SITUAÇÃO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS ABAIXO DOS CINCO ANOS DE IDADE

O crescimento físico das crianças (até aos cinco anos de idade) é um indicador aceite do bem estar nutricional da população de que fazem parte. Os indivíduos mais jovens estão mais sujeitos ao risco. A avaliação da malnutrição aguda (emagrecimento) evidencia que as crianças são mais vulneráveis a meios adversos e respondem rapidamente a mudanças na dieta. A avaliação da malnutrição crónica (nanismo) mostra que as crianças, no período de crescimento, estão sujeitas a um atraso de crescimento do esqueleto, que não acontece com os adultos e ela é uma boa reflexão sobre questões nutricionais de longo prazo. Os índices antropométricos são expressos em desvios padrão (Z-score) da norma. A expressão em desvio padrão foi o método utilizado para exprimir a prevalência determinada pelos resultados do inquérito.

Os números dos indicadores antropométricos foram calculados utilizando o EPI INFO 2000, baseados na altura (cm), peso (kg), idade (meses) e género. Os limites dos dados são <5.0 a $>+5.0$. Os casos que se referem a números para além desses limites foram excluídos da análise, bem como as crianças com altura superior a 110 cm (15 de um total de 2,954 crianças) e fora do leque de idades entre os 6 e os 59 meses (572 de um total de 2,954 crianças).

Tabela 11 Prevalência de malnutrição entre crianças abaixo dos cinco anos por zona agro-económica

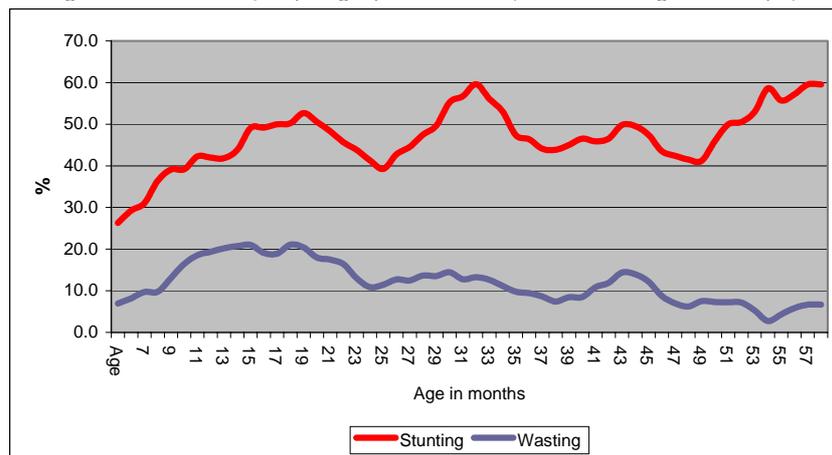
	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Baixo peso (<-2 Z)	49%	41%	46%	46%	34%	62%	47%	46%
Malnutrição crónica (<-2 Z)	50%	42%	46%	38%	36%	55%	51%	45%
Malnutrição aguda (<-2 Z)	11%	10%	8%	27%	9%	21%	7%	13%
Malnutrição global aguda	15%	20%	10%	28%	19%	26%	8%	19%
Malnutrição severa aguda	6%	14%	2%	11%	12%	8%	1%	8%
<i>Malnutrição severa aguda</i>	2%	2%	2%	11%	1%	4%	0%	3%
<i>Edema</i>	4%	12%	0%	0%	11%	4%	1%	5%
Diarreia (nos últimos 2 meses)	18%	18%	8%	27%	19%	25%	11%	18%

Há diferenças significativas entre as zonas (tabela 11). A Zona 6 tem a mais elevada prevalência de baixo peso e malnutrição crónica. A Zona 5 tem valores significativamente mais baixos neste indicador. Os índices de malnutrição aguda em cada zona são muito altos, especialmente nas Zonas 4 e 6. Possíveis factores para este facto podem incluir uma correlação com os elevados índices de diarreia nos últimos dois meses. Dado que este estudo foi realizado de Novembro a Janeiro, durante o pior período do ano, esperava-se que a prevalência de malnutrição aguda, muito sensível a mudanças sazonais, fosse mais elevada.

Os índices de edema encontrados eram elevados em algumas zonas. Isto pode ficar a dever-se à insuficiência de treinamento dos inquiridores na identificação do edema bilateral. Um indicador mais preciso de malnutrição aguda neste inquérito é a malnutrição severa aguda. O PAM e os seus parceiros estão actualmente a investigar se a malnutrição aguda e os edemas se mantêm elevados em certas zonas e que intervenções serão mais apropriadas para atacar as suas causas potenciais.

Um máximo superior a 20% de malnutrição aguda é atingido entre os 14 e os 18 meses, mas antes e depois deste nível de idade, o índice total malnutrição aguda ronda entre os 10 e os 20%. O índice global diminui abaixo dos 10% quando a criança atinge os 3 anos de idade.

Figura 12 Malnutrição por grupo de idade (média ao longo do tempo).



Com base nos resultados do estudo antropométrico, os resultados globais da malnutrição das crianças abaixo dos cinco anos são os seguintes:

Tabela 12 Números globais da malnutrição

Malnutrição aguda	Baixo peso	Malnutrição crónica
13.4%	46.4%	45.5%

De acordo com a classificação da severidade da malnutrição numa comunidade de crianças com menos de cinco anos de idade⁴, a situação do Planalto, no que se refere à malnutrição crónica e ao baixo peso, é considerada crítica e séria no que se refere à malnutrição aguda.

A Tabela 13 ilustra os resultados da análise a curto prazo da informação sobre nutrição: malnutrição aguda *versus* doença e vacinação da criança. Geralmente, a malnutrição aguda é ligeiramente mais elevada nos rapazes do que nas raparigas (15.1% *versus* 13.3%).

Tabela 13 Nutrição infantil – análise a curto prazo

Indicadores	Planalto	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7
% de crianças moderada ou severamente malnutridas (WHZms)	13%	11%	11%	8%	27%	9%	21%	7%
Número médio de vacinas recebidas pela criança	3	3	4	3	2	3	3	4
Número médio de incidência de diarreia nas últimas duas semanas	1	1	1	0	1	1	0	0
Número médio da assistência médica durante a gravidez	3	4	4	2	2	2	2	2
% de mães que não recebeu vacinas durante a gravidez	58%	49%	51%	69%	49%	72%	67%	53%
% das mães que não recebeu ferro ou ácido fólico durante a gravidez	53%	48%	46%	64%	35%	67%	62%	48%

As Zonas 4 e 6 apresentam a mais elevada percentagem de crianças malnutridas e sem imunização. A Zona 4 apresenta também a mais elevada concentração de mães sem vacinação e sem ter recebido ferro/ácido fólico durante a gravidez. As mães nas Zonas 6 e 3 não são bem assistidas, em termos médicos, durante a gravidez.

5.8 DIETA E CONSUMO ALIMENTAR

Os grupos de alimentos mais consumidos durante a semana anterior à entrevista foram os cereais (87% dos agregados), seguido dos tubérculos (76%) e dos grãos (55%). Muito poucos agregados comeram carne (12%) ou produtos lácteos (2%). A análise da frequência de ingestão dos 11 grupos de alimentos mostra que a Zona 3 e a Zona 7 estavam entre as que tinham maior número de grupos de alimentos consumidos.

⁴ Estado físico, OMS, 1995.

Tal como para os outros indicadores, a Zona 5 mostrou o menor número de grupos de alimentos ingeridos. As Zonas 1, 4 e 6 apresentam a mais elevada percentagem de agregados que consomem uma ou menos refeições por dia. A Zona 5 tem a maior proporção de agregados que consomem duras a três refeições por dia.

Tabela 14 Frequência e diversidade de alimentos por zona

Informação sobre a dieta	Planalto	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7
Tomam <= 1 refeição/dia	16%	24%	16%	8%	20%	6%	27%	9%
Tomam 1 < refeição/dia < 2	21%	21%	21%	16%	20%	13%	30%	24%
Tomam 2 <= refeição/dia <= 3	63%	55%	63%	76%	60%	81%	43%	67%
# médio de refeições/dia	1.85	1.7	1.87	1.92	1.79	2.13	1.69	1.83
Diversidade alimentar (# médio produtos alimentares consumidos)	6.70	6.62	6.44	7.98	6.05	6.24	6.41	7.52

A tabela 14 apresenta os resultados da análise a curto prazo de grupos de famintos. A mais alta incidência de agregados que apenas consome uma 1 ou menos refeições/dia encontra-se entre os que são apenas assalariados (40%), seguidos de camponeses bem integrados no mercado sem alimentos ou ajuda financeira (28%). Os camponeses que vendem menos, consomem mais refeições e compram menos alimentos. Os camponeses que vendem mais consomem menos e têm que comprar alimentos. Em relação ao primeiro grupo de camponeses, as despesas alimentares representam 55% a 56% das suas despesas totais, enquanto que para o segundo esta porção eleva-se para 60% a 61%. Os grupos que consomem uma ou mais refeições/dia mais frequentemente são também os que menos variam de alimentação.

Tabela 15 Informação sobre a dieta por grupos – análise a curto prazo

Diferentes perfis de agregados		Consumo <= 1 ref/dia	Consumo 1 < ref/dia < 2	Consumo 2 <= ref/dia <= 3	Média # ref/dia	Diversidade alimentos (média # alimentos)
Camponês sem ajuda alimentar/ monetária	Não integrado no mercado	4%	10%	86%	2.16	7.63
	Mal integrado no mercado	11%	20%	70%	1.92	6.98
	Bem integrado no mercado	28%	24%	48%	1.67	6.04
Camponês com ajuda alimentar/ monetária	Não integrado no mercado	3%	14%	83%	2.08	7.54
	Mal integrado no mercado	12%	21%	67%	1.87	6.83
	Bem integrado no mercado	18%	25%	56%	1.76	6.39
Apenas trabalhador		40%	24%	36%	1.62	6.36

Tabela 16 Acesso a alimentos básicos

Origem do alimento	Alimento	%
Comprado	Milho	41%
	Mandioca	21%
Produzido/colectado	Milho	42%
	Mandioca	66%
Misto	Milho	2%
	Mandioca	2%
Doado	Milho	0%
	Mandioca	3%
Troca	Milho	1%
	Mandioca	0%
Comida por Trabalho	Milho	7%
	Mandioca	7%
Ajuda alimentar	Milho	8%
	Mandioca	0%

Embora não haja concentração dos grupos por zonas, as Zonas 1 e 6 apresentam a mais alta percentagem de grupos que têm que comprar alimentos não recebem ajuda.

O acesso aos alimentos de base é ilustrado na tabela 16. Os agregados que têm que comprar a sua alimentação de base estão concentrados nas Zonas 1, 4 e 6. As Zonas 3, 4 e 7 têm a mais alta percentagem de agregados que obtêm a sua alimentação de base a partir da ajuda alimentar. O consumo de mandioca a partir de doações é importante na Zona 6. A maioria dos agregados compra o arroz que consomem.

Os grupos focais referiram-se aos preços elevados dos alimentos e à ruptura das reservas alimentares durante o período de escassez alimentar (de Setembro a Novembro); ainda assim, o pior período, de Dezembro a Março, parece ser o principal risco para os agregados e o fardo mais pesado para as mulheres, pois é igualmente caracterizado pela frequência de problemas intestinais nas crianças.

5.9 ACESSO A INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS E A SERVIÇOS

5.9.1 Rede Viária e Transportes

82% das comunidades está ligada à rede rodoviária, mas 31% mantém-se isolada durante pelo menos cinco meses por ano. As Zonas 3 e 5 têm a menos densa rede rodoviária. Nas aldeias em que não há estradas, a distância média até à estrada mais próxima é de 5 km.

As restrições de mobilidade devidas a minas foram mencionadas por 11 comunidades. A existência de transportes públicos é limitada estes estão disponíveis em apenas metade das comunidades (melhor na estação seca, com 59%, do que na estação chuvosa, 47%).

5.9.2 Infra-estruturas de Saúde

A região possui infra-estruturas de saúde muito degradadas. Nenhuma das comunidades visitadas tinha um hospital e apenas 32% tinha um posto de saúde/clínica. A distância média para a instalação de saúde mais próxima está a mais de 20 km e 60% das comunidades depende de agentes de saúde sem qualificação, tais como parteiras tradicionais, enquanto que apenas um terço das estruturas sanitárias da área são dotadas de profissionais de saúde qualificados.

“Se alguém estiver muito doente e levado para Caconda a pé, ele pode morrer no caminho ...” **Caconda** (Huíla)

“Aqui não há médicos tradicionais ou enfermeiros privados. Nós mesmos, quando podemos, compramos medicamento no mercado, porque nas farmácias não vendem medicamento sem receita. Às vezes usamos raízes ou folhas”, **Ebanga**, Ganda.

Muitas mulheres dão à luz com parteiras tradicionais (47%) ou em casa (36%). Apenas 13% dá à luz em maternidades e hospitais gerais ou postos. 70% das comunidades registou campanhas de vacinação durante três meses.

A saúde foi uma das principais preocupações das mulheres em todos os grupos focais. Muitas aldeias não têm serviços de saúde e as distâncias até à mais próxima pode atingir facilmente os 20Km. Isto aumenta as despesas de saúde dos agregados, na medida em que eles têm que pagar as despesas de transporte ou ir a pé.

Dado que os medicamentos são revendidos pelos enfermeiros, os preços são elevados e os agregados têm que fazer trabalhos extra ou vender bens para tratar dos problemas de saúde. A situação é pior para os grupos mais pobres que têm um património reduzido e limitada diversidade de rendimentos. Muitas pessoas referiram fazer a sua própria medicação, comprando medicamentos directamente nos mercados.

A disponibilidade de água não parece constituir um problema, mas muitas vezes a sua fraca qualidade influencia a saúde das crianças, pois as mães só fervem água para bebés com menos de 3 meses de idade.

As mulheres realizam muito trabalho ocasional para comprar medicamentos, ou para pagar transporte para uma instalação de saúde. Elas pagam também os enfermeiros com trabalho agrícola nas suas lavras, ou com galinhas, ou então dependem dos curandeiros tradicionais.

5.9.3 Mercados

Apenas 60% das comunidades tem um mercado na aldeia. Além disso, a frequência dos mercados existentes é baixa, apenas 22% funcionando semanalmente. Este facto a aliar à degradada infraestrutura rodoviária determina uma frágil dinâmica dos mercados .

5.10 EXPOSIÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

A maioria dos agregados enfrenta um a três riscos. Os modos de vida dependem grandemente da agricultura e, em grau menor, a criação de animais, a falta de sementes, a infestação das culturas e a morte de animais são os principais riscos a que a população faz face. A infestação das culturas e a morte de animais têm impacto directo e severo sobre a capacidade dos agregados satisfazerem as suas necessidades alimentares. Outros riscos como a morte de um membro activo do agregado, a flutuação dos preços dos alimentos e o clima repentinamente adverso, causando seca ou inundações têm igualmente um impacto negativo sobre a segurança alimentar dos agregados (tabela (17)).

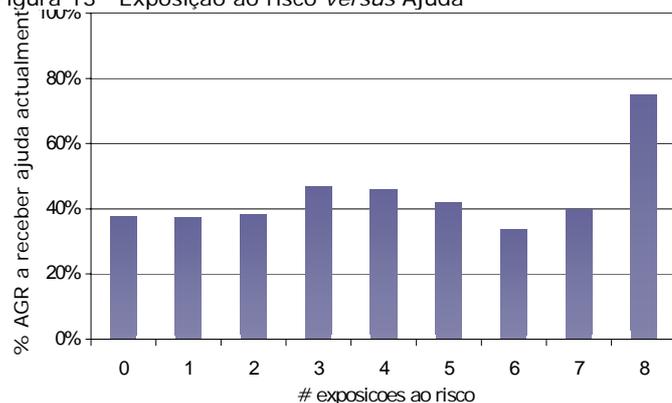
Tabela 17 Riscos Comuns e Percentagem de Agregados Afectados

Risco	% AGR Expostos a Riscos	% AGR com Capacidade Reduzida de Satisfazer Necessidades Consumo*
Falta sementes	47%	90%
Morte de animais	42%	83%
Pragas e doenças nas culturas	39%	94%
Aumento súbito dos preços dos alimentos	25%	97%
Inundação	23%	97%
Morte/doença de membro activo do AGR	14%	92%
Morte/doença outro membro AGR	14%	88%
Fim/atraso da ajuda	11%	95%

* % dentro de agregados expostos a um risco em particular

Geralmente o número de estratégias de sobrevivência aumenta com a exposição aos riscos, mas a exposição excessiva a riscos, neste caso a mais de seis, mina a sua capacidade de resistência. Reajustamentos na dieta, estratégias de reforço de capacidades, tais como procurar ajuda e/ou emprego ou o comércio, são as estratégias mais comuns de resposta praticadas pelos agregados.

Figura 13 Exposição ao risco versus Ajuda



A figura 13 mostra que, apesar de 75% dos agregados exposto a múltiplos riscos receber ajuda, menos de metade deles enfrenta um número médio a elevado de riscos (5–7) e beneficia de programas de assistência. É necessária análise mais profunda para determinar se se justifica mais ajuda para estes agregados com média a elevada exposição ao risco.

As tabelas 17 e 18 mostram que os agregados nas Zonas 6

e 4 são os mais activos na gestão da sua exposição a riscos, praticando múltiplas estratégias de gestão de riscos; a Zona 5 é a menos activa. Alterações à dieta, tais como a redução do número e/ou da qualidade das refeições é a estratégia de sobrevivência mais comum referida em todas as zonas. A maioria dos agregados nas Zonas 4 e 6 mitigam os riscos por meio de mecanismos de reforço da capacidade, que incluem procurar emprego, ajuda ou oportunidades de pequeno comércio, embora a ajuda seja o principal suporte para os agregados na Zona 6, onde uma elevada percentagem faz face a problemas de sustentabilidade, vendendo bens (degradação do rendimento). Uma proporção pequena, mas significativa, de agregados na Zona 6 compensa os riscos retirando as crianças da escola ou casando uma filha mais cedo. Estas práticas sugerem dificuldades económicas/de sobrevivência entre esses agregados.

Tabela 18: Estratégias de sobrevivência

Estratégias de Sobrevivência	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Mudanças na dieta	42%	38%	43%	38%	25%	68%	48%	43%
Reforço Capacidades	32%	27%	34%	51%	18%	67%	30%	37%
Degradação Rendimento	9%	19%	6%	17%	6%	54%	14%	18%
Impacto s/crianças e raparigas	9%	10%	12%	9%	2%	24%	13%	11%
Degradação ambiental	14%	9%	8%	8%	5%	13%	22%	11%

5.10.1 Ajuda exterior

Cerca de 36% das comunidades tem beneficiado de alguma espécie de programa de ajuda. A construção de centros religiosos, a construção/manutenção de estradas e infra-estruturas escolares são mencionadas como sendo os três principais programas existentes na região. A construção de poços tem tido muito pouca prioridade, mas a densa rede de rios da região pode explicar este facto.

Cerca de 44% dos agregados inquiridos está actualmente a receber ajuda. Embora os retornados recebam a maioria da ajuda (70%), a mesma cobre somente 45% dos agregados deslocados. Mais de metade dos agregados que recebem ajuda foi reassentada entre um a três anos. Entre 41–45% dos recém retornados (<1 ano) beneficiam de ajuda. A ajuda alimentar é a forma de ajuda mais comum, recebida por 73% dos agregados que beneficiam de programas de assistência. A ajuda agrícola representa 34%, a não-alimentar 18% e a monetária 5%. A maior parte dos agregados recebe um tipo de ajuda, geralmente, alimentar.

As actividades globais de ajuda parecem concentrar-se nas Zonas 5 e 6 (tabela 19). A Zona 6, especialmente, tem uma alta prevalência de ajuda, bem como uma programação mais diversificada da ajuda. 22% dos agregados na Zona 6 recebe dois ou mais tipos de ajuda. Em contraste, nas Zonas 1 e 2 a ajuda é limitada. A ajuda alimentar é, de longe, a ajuda mais comum em todas as regiões. 96% dos receptores de ajuda na Zona 4 recebe ajuda alimentar, comparados com 55-56% nas Zonas 2 e 3. A ajuda agrícola, maioritariamente sob forma de sementes e instrumentos, é a segunda fonte de ajuda. As Zonas 3 e 6 têm recebido a proporção maior de ajuda agrícola.

Tabela 19 Distribuição da ajuda por tipo (% de agregados a beneficiar de ajuda)

Tipos de Ajuda	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Alimentar	74%	55%	56%	96%	79%	67%	89%	73%
Agricultura	18%	35%	56%	22%	32%	45%	29%	35%
Não-alimentar	16%	24%	7%	13%	16%	28%	11%	18%
Dinheiro	9%	12%	1%	4%	4%	1%	6%	5%

Seleção da ajuda alimentar

A maioria dos agregados (67%) deslocou-se pelo menos uma vez, o que teve um impacto negativo significativo sobre a acumulação de bens. O objectivo da ajuda alimentar durante os últimos anos tem sido orientado para os retornados. As Zonas 5 e 6 têm recebido doações de alimentos mais frequentemente, o que indica uma selecção coerente, dados os seus relativamente baixos níveis de rendimento.

Tabela 20 Ajuda alimentar vs Deslocação

Ajuda alimentar recebida	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Planalto
Sim	32	37	41	48	53	57	38	44
Não	68	63	58	52	47	42	62	56
Classificação da aj.alim.	7	6	4	3	2	1	5	
Deslocação								
Sim	61	73	61	87	63	57	72	67
Não	39	27	39	13	37	42	28	33
Classificação da deslocação	5	2	6	1	4	7	3	

Outra indicação de que a ajuda alimentar tem sido bem dirigida é que os agregados que recebem ajuda têm um rendimento relativamente menor do que os agregados que a não recebem. Além disso, a Zona 5, a segunda mais alta na classificação da ajuda alimentar recebida, é uma das poucas onde os agregados deslocados têm um rendimento mais alto do que os não deslocados. Isto poderá indicar que as doações de alimentos estão a permitir que os agregados vendam mais da sua produção agrícola, sem precisar reservar tanto excedente para auto-consumo.

Os grupos focais mostraram que os esquemas tradicionais de solidariedade agrícola (*ondjuluka*) quase desapareceram. Os homens e as mulheres concordaram que os agregados têm lavras pequenas e que a produção não é suficiente para manter os referidos esquemas. As restrições da solidariedade devem ser entendidas neste contexto de pobreza. A principal fonte de ajuda é a Igreja ou os vizinhos ou parentes, pois o capital social é muito limitado. A ajuda é restrita a situações de crise aguda, tais como morte ou doença. Os contactos com as instituições formais ocorrem raramente e são realizados sobretudo através de autoridades tradicionais.

As ONG's limitam geralmente o seu trabalho à distribuição de insumos ou à organização de participantes ou beneficiários de um projecto; o trabalho de desenvolvimento parece ter ganho pouco terreno.

6. PERFIS DE VULNERABILIDADE DOS GRUPOS DE FAMÍLIAS

Os grupos de vulnerabilidade dos agregados inquiridos foram construídos com base no agrupamento dos principais indicadores relacionados com a segurança alimentar e a pobreza, tais como:

- O sexo do chefe do agregado
- O rácio de dependência no agregado
- Deslocação e tempo de reassentamento
- Parâmetros de educação (educação do chefe do agregado; % das crianças a estudar)
- Condições de vida (acesso e qualidade das fonte de água)
- Consumo de alimentos e diversidade alimentar (número de refeições, tipos de alimentos)
- Posse de bens
- Posse e diversidade de animais
- Diversidade do modo de vida e de rendimento (agrícola e não-agrícola)
- Exposição e gestão do risco.

A classificação de acordo com estes critérios resultou nos seguintes grupos:

Grupo 1: Agregados em insegurança alimentar. Este grupo inclui agregados que possuem deficiência crónica de alimentos. Tomam uma refeição diária e consomem menos de três grupos de alimentos. Estes agregados têm a mais elevada exposição ao risco, dependem exclusivamente da agricultura como fonte de alimentação e têm as fontes de rendimento menos diversificadas. Praticamente não possuem bens.

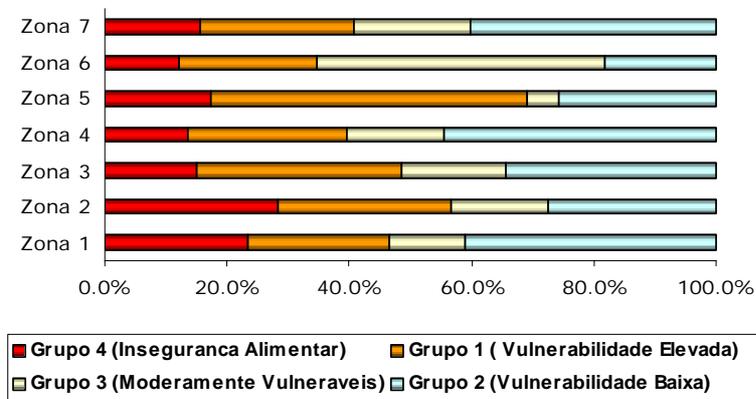
Grupo 2: Agregados em Vulnerabilidade Elevada. Consomem uma refeição diária e apenas três grupos de alimentos. São, geralmente, incapazes de gerir exposição média ao risco e têm apenas uma fonte suplementar de alimentos e rendimento, além da sua própria produção agrícola. Têm baixa posse e diversidade de bens.

Grupo 3: Agregados Moderadamente Vulneráveis. Consomem pelo menos uma refeição diária e mais de três grupos de alimentos. Estão expostos a mais de três riscos, mas têm mais de uma fonte alimentar e de rendimento para além da sua própria produção agrícola.

Grupo 4: Agregados em Vulnerabilidade Baixa. Agregados que têm a melhor dieta, consumindo mais de três grupos alimentares. Estes agregados estão expostos a poucos riscos e têm muitas fontes de rendimento. Eles têm relativamente melhor posse e diversidade de animais e de outros bens.

A figura 14 ilustra a distribuição proporcional dos grupos vulneráveis por zonas. O Planalto tem 19% dos agregados em insegurança alimentar, 30% em vulnerabilidade elevada, 19% moderadamente vulneráveis e 32% de vulnerabilidade baixa. Cada zona tem um mínimo de 12% (Zona 6) de agregados em insegurança alimentar, com um máximo de 28% na Zona 2. A Zona 5, que cobre cerca de 14% da área do Planalto, regista a mais alta concentração relativa de agregados em insegurança alimentar e vulnerabilidade elevada (70%). De acordo com esta classificação, as Zonas 4 e 6 têm a mais baixa proporção de agregados em insegurança alimentar e vulnerabilidade elevada.

Figura 14 Distribuição relativa dos grupos de agregados



A tabela 21 mostra os números

absolutos de agregados de acordo com estes grupos em diferentes graus de vulnerabilidade. Na área pesquisada, com um total de 74,972 Km², a população rural total é estimada em 1,782,000 pessoas.

Tabela 21 Números absolutos de pessoas em insegurança alimentar

	Area em km ²	Total da população rural (estimativa)	População Insegurança alimentar	População Vulnerabilidade Elevada
Zona 1	14,510	365,000	85,775	84,315
Zona 2	10,640	310,000	87,420	88,350
Zona 3	10,950	215,000	32,250	72,025
Zona 4	16,120	309,000	42,333	80,340
Zona 5	10,240	170,000	29,580	87,720
Zona 6	7,629	168,000	20,496	37,632
Zona 7	4,883	245,000	37,975	61,985
Total	74,972	1,782,000	335,829	512,367

Um total de 335, 829 pessoas são consideradas como estando em insegurança alimentar (grupo 1) e 512,367 pessoas (grupo 2) em vulnerabilidade elevada. As Zonas 1 e 2 têm mais de 160,000 pessoas pertencendo aos grupos 1 e 2 mais vulneráveis, por causa da sua densidade populacional mais elevada e proximidade da cidade de Huambo. As Zonas 3, 4, 5 e 7 têm cada uma mais de 100,000 pessoas nestes grupos mais vulneráveis.

6.1 PERFIS DOS AGREGADOS

Esta secção descreve os quatro grupos de agregados, sendo a estatística das suas características seleccionadas apresentada na tabela 22.

6.1.1 Agregados em Insegurança Alimentar (Grupo 1)

O grupo de agregados em insegurança alimentar cobre cerca de 19% dos agregados inquiridos, distribuídos por todas as zonas. 72% dos mesmos foi deslocada e 20% é recém-reassentada nos últimos três anos. Dada a fraca colheita de 2004, devido ao excesso de pluviosidade na área, estes agregados apenas tiveram uma colheita normal, das duas que realizaram. Este grupo depende exclusivamente da agricultura como principal fonte de alimentos e rendimento, com opções alternativas de rendimento extremamente limitadas. Para além das aves domésticas, eles não criam animais e a posse de bens é extremamente baixa. Não têm praticamente capacidade de resposta a riscos.

A diversidade do consumo de alimentos é muito baixa, consumindo cada agregado menos de três grupos de alimentos (milho, tubérculos e grãos) e tomam apenas uma refeição por dia.

Este grupo tem a mais elevada proporção de agregados a receber ajuda, com 35% a receber ajuda alimentar. Este grupo é considerado em insegurança alimentar.

Tabela 22 Características seleccionadas dos grupos de agregados

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Demografia:				
Agregados chefiados por mulheres	35%	38%	47%	27%
Agregados deslocados	72%	64%	18%	68%
Recém-reassentados (<= 3 anos)	20%	20%		15%
Condições de vida:				
Diversidade alimentar: menos de 3 grupos de alimentos	26%	30%	9%	13%
Posse de bens:				
Posse de animais	13%	24%	24%	31%

Exposição ao risco:

Elevada exposição ao risco (>3)	27%	37%	73%	32%
---------------------------------	-----	-----	-----	-----

Ajuda:

A receber ajuda alimentar	35%	34%	38%	23%
---------------------------	-----	-----	-----	-----

6.1.2 Agregados em Vulnerabilidade Elevada (Grupo 2)

30 % dos agregados inquiridos encontra-se neste grupo, com a concentração mais alta na Zona 5, onde 52% deles são considerados muito vulneráveis. O grupo possui 38% de agregados cujos responsáveis são de sexo feminino, registando 50% na Zona 3. Cerca de 22-25% dos agregados é de retornados, excepto na Zona 1 e 7, onde a proporção varia entre 12-14%. Apesar da sua própria produção agrícola e piscatória, estes agregados não têm outras fontes de rendimento. A venda de cereais é a resposta mais comum ao risco e os agregados têm algumas estratégias razoáveis para enfrentar o problema, baseadas em “pequenos negócios”. Este grupo igualmente é possuidor de um número limitado de animais. A pior concentração encontra-se na Zona 1, onde apenas 8% dos agregados possui animais. Nenhum destes possui animais para fins de produção agrícola.

O consumo alimentar é fraco com os agregados consumindo menos de 3 grupos de alimentos e quase todos fazendo apenas uma refeição por dia, como o grupo 1, à base de milho, tubérculos e hortícolas. Cerca de 37% dos agregados está exposto a mais de 3 riscos. A ajuda alimentar beneficia cerca de 34% dos agregados.

Estes agregados são consideradas muito vulneráveis, o que quer dizer que qualquer choque que ocorra nos seus meios de subsistência pode resultar em insegurança alimentar, devido ao fraco desenvolvimento das estratégias para enfrentar o problema.

6.1.3 Agregados Moderadamente Vulneráveis (Grupo 3)

Cerca de 19% dos agregados pode encontrar-se neste grupo, com a maior concentração na Zona 6 onde os mesmos atingem 47% dos agregados. Até 47% deles são chefiados por elementos do sexo feminino, com um máximo na Zona 7, onde constituem 62% dos agregados. 18% foram reassentados nos últimos três anos. Os agregados que compõem este grupo têm relativamente boas opções de diversificação de rendimento, para além da sua própria produção agrícola. A maior parte das pessoas com emprego permanente encontra-se neste grupo.

A maioria dos agregados neste grupo (73%) está exposta a mais de três riscos e utilizam, frequentemente, estratégias negativas para enfrentar o problema, tais como mudanças da dieta alimentar, ou actividades que podem resultar na degradação ambiental. Acontece igualmente que as suas estratégias de enfrentar o problema têm um impacto negativo sobre as crianças e raparigas, ou sobre a sua capacidade produtiva.

6.1.4 Agregados em Vulnerabilidade Baixa (Grupo 4)

A proporção de agregados chefiada por pessoas de sexo feminino é a mais baixa de todos os grupos – 27% - mas uma proporção muito alta foi deslocada – 68%. Destes regressados, 20% retornou nos últimos três anos. Quase 33% dos agregados no Planalto encontra-se neste grupo, o qual está quase igualmente distribuído pelas Zonas 3, 4 e 6. A proporção mais elevada está na Zona 7, com 40%. Comparado com os outros grupos, este está melhor devido à distribuição de rendimento e melhores estratégias de sobrevivência.

A posse de bens é maior do que nos outros grupos, com 31% dos agregados a dedicar-se à criação de animais. A concentração mais alta encontra-se nas Zonas 2 e 4, com mais de 45% de agregados a criar animais. Na Zona 4, por exemplo, até 25% dos agregados possui animais que utilizam na produção agrícola.

Este grupo tem a melhor dieta alimentar. Mais de 87% consome mais de três grupos de refeições e mais de 85% consome mais do que uma refeição por dia. Exposto a poucos riscos, o grupo adopta as estratégias de sobrevivência menos negativas.

6.2 DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE AGREGADOS

Zona 5 – Características

Deslocação

- RET < 2 colheitas: 14%
- RET > 2 colheitas: 15.5%
- Chegadas 6 meses-1 ano: 4.3%
- Reassentados 1-3 anos: 30%

Participação por sector económico

- Agricultura: 96.5%
- Gado: 74%

Rendimento médio p/actividade económica

- Agricultura: 7.64% AGR
- Comercialização de bens: 8.68% AGR

Situação profissional dos AGR:

- 64% possui 3 ocupações

Diversidade de bens:

- 1 bem – 75.5% AGR

Diversidade de fontes de rendimento:

- Trabalho agrícola para 69.5% AGR

Diversidade de consumo: ínfima

Índice de riqueza: -0.59

Exposição ao Risco:

- Morte de animais: 40.5%
- Invasão das colheitas pelos insectos: 40.5%
- Falta de sementes: 33.1%
- Preços dos bens alimentares: 16%

Gestão do Risco:

- Mudança da dieta alimentar: 24.8%
- Reforço da capacidade: 18.2%
- Capacidade mínima de resposta

Ajuda alimentar:

- Ajuda alimentar: 78.9% HH
- Diversidade da ajuda: 3 tipos

6.2.1 Área em Risco Elevado - Zona 5

A área mais vulnerável é a Zona 5, com a proporção mais alta de recém-retornados (< de 1 ano: 8% dos agregados). Quase 87% das pessoas foi deslocada, em particular nos últimos anos de guerra. Apenas 15% dos agregados havia realizado mais de duas colheitas à data deste inquérito.

Os agregados dependem grandemente da agricultura e do gado como meios de subsistência e possuem a pior classificação em termos de insumos agrícolas: apenas 13% dos agregados se encontra a trabalhar nas “nakas” e apenas 8% e 4% utilizam fertilizantes e pesticidas, respectivamente.

A Zona possui uma infra-estrutura rodoviária péssima, com 25% da mesma não transitável durante, no mínimo, sete meses do ano. A zona é igualmente a mais deficiente em termos de disponibilidade de infra-estruturas de saúde e profissionais qualificados do ramo.

Uma alta proporção de agregados nesta zona recebe ajuda alimentar (79%).

6.2.2 Áreas em risco moderado – Zonas 1, 2 e 6

As Zonas 1, 2 e 6 estão numa situação relativamente melhor. Na **Zona 1**, as famílias são mais auto-suficientes, possuindo uma base de bens melhor para enfrentar os riscos. Apenas 2% dos agregados havia tido mais do que duas colheitas (desde o seu regresso) à data deste inquérito, mas 32% depende das culturas de rendimento de hortícolas. Esta zona possui a melhor infra-estrutura rodoviária, mas também

as maiores restrições de mobilidade rodoviária durante a época chuvosa. Apenas 4% das comunidades possui mercado permanente ou periódico. O abastecimento de água durante a época seca é problemático porque os agregados quase não têm outras opções que não sejam as fontes naturais de água.

A **Zona 2** possui uma proporção mais elevada de deslocados do que a Zona 1 (93% dos agregados) e mais estão empenhados na agricultura e criação de animais. Entretanto, alguns trabalhos ocasionais estão regularmente disponíveis. Esta zona possui uma rede viária relativamente boa e com menos restrições de mobilidade do que a Zona 1 e não existem restrições devido a minas. Existem melhores instalações de saúde do que na Zona 1, mesmo se a distância média até à ao serviço mais próximo seja de mais de 20 km.

Os agregados na **Zona 6** não dependem tanto da agricultura como os de outras zonas. A zona tem a percentagem mais elevada de agregados cujos responsáveis são do sexo feminino (40%) e uma das percentagens mais altas de deslocados. Os agregados têm poucos meios produtivos, mas possuem as mais diversas fontes de rendimento. 57% deles recebe ajuda, dos quais 69% recebe ajuda alimentar.

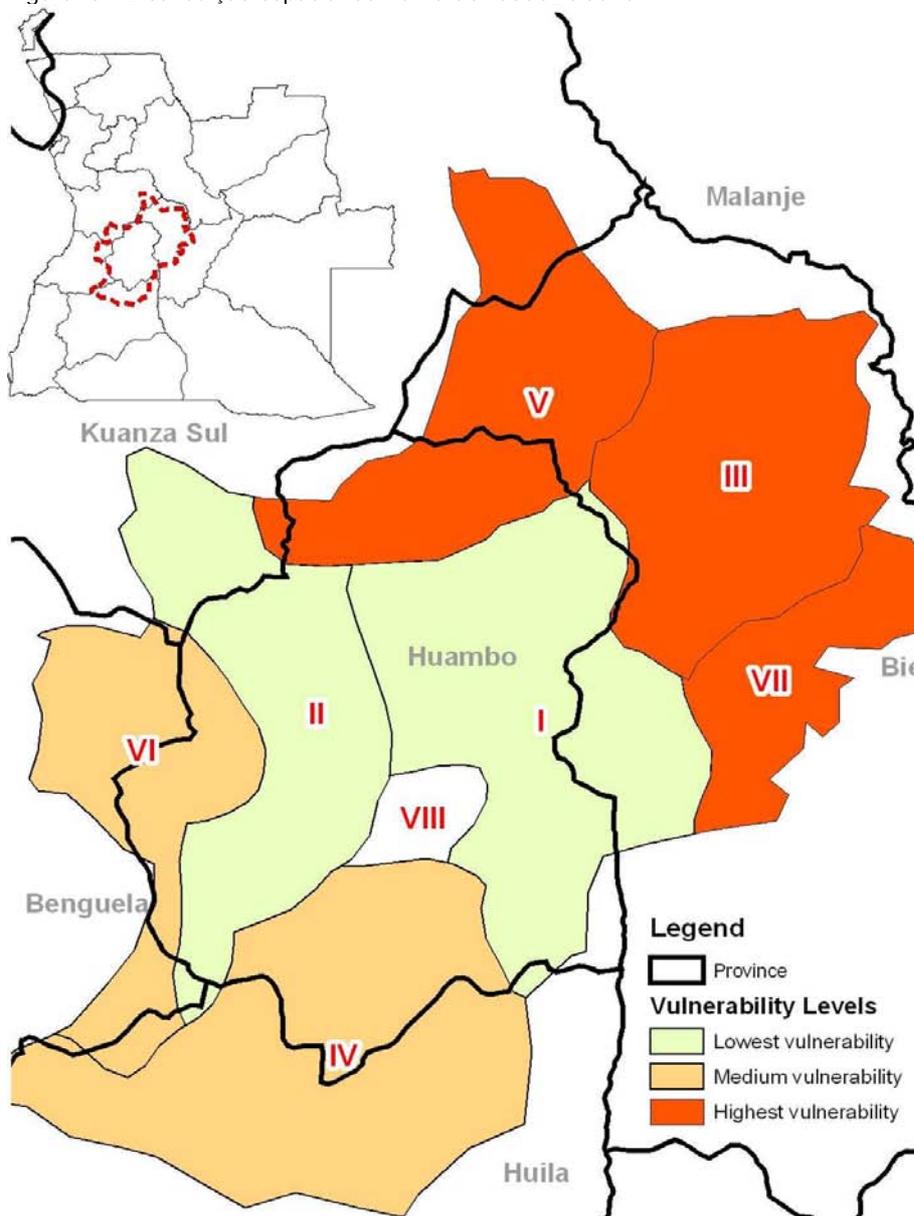
6.2.3 Áreas de médio a baixo risco – Zonas 3, 4 e 7

A Zona 3 possui a dieta mais diversificada e os indicadores nutricionais são relativamente melhores. Contudo, os agregados geralmente não possuem meios e têm uma limitada diversificação de rendimentos. A área possui alguma diversidade de rendimento para além das principais estratégias de subsistência. No total, 41% dos agregados vive da ajuda, dos quais 23% recebe ajuda alimentar.

A Zona 4 tem a percentagem mais alta de agregados deslocados, mas com relativamente melhores perspectivas de rendimento a curto e longo prazos. O acesso aos meios produtivos e não produtivos é igualmente melhor.

A Zona 7 possui uma variedade relativamente boa da dieta, mas maus indicadores de nutrição. A maioria dos agregados está empenhada na agricultura, 54% na agricultura e criação de animais, 7% na agricultura e pesca. Os agregados possuem uma diversidade de rendimento para além dos principais meios de subsistência e têm baixa exposição ao risco. Embora tenha uma proporção elevada de população deslocada, a proporção de recém retornados é baixa. 38% dos agregados recebe actualmente ajuda alimentar, dos quais 33% depende da ajuda alimentar.

Figura15 Distribuição espacial da vulnerabilidade relativa



7 IMPACTO SOBRE AS INTERVENÇÕES DO PAM

A análise mostra que a ajuda alimentar pode jogar um importante papel na melhoria das condições de vida dos agregados. A tabela a seguir resume os principais objectivos e componentes de programação que resultaram da análise e dá uma indicação das áreas de intervenção prioritárias baseadas na análise do risco.

Tabela 23 Estratégias de Intervenção do PAM

Objectivos Estratégicos	Justificações	Componentes do Programa	Área de Intervenção prioritária
Reabilitação e Protecção Social	Alto nível de analfabetismo na população (60%) e a educação encerra em si uma potencial influência devida ao género. A falta de instrução tem probabilidade de se estender à próxima geração, pois as crianças têm igualmente um dos mais baixos índices de matrículas.	Merenda escolar	Zonas 3 (Bié) e 6 (Leste de Benguela)
	Taxas elevadas de malnutrição	Reabilitação nutricional das crianças	Zonas 3, 4 e 6
Saúde Materno-Infantil	Alta percentagem de crianças malnutridas e sem imunização. Igualmente elevada concentração de mães sem vacinação e sem receber ferro/ácido fólico durante a gravidez; não são bem assistidas, em termos médicos, durante a gravidez.	Apoio aos programas de educação para a saúde materna	Zonas 3,5 e 7 (Bié)
		Apoio às práticas de higiene de base	
		Apoio aos programas de HIV (campanhas de consciencialização e assistências às pessoas infectadas)	Nas principais cidades
		Apoio a Programas médicos	Zonas 1 e 2
Protecção Ambiental e Extensão Rural	A redistribuição da população durante a guerra resultou na acelerada degradação da vegetação e do solo. A desflorestação ainda mantém-se devido à alta pressão populacional.	Reflorestação das áreas degradadas	Zonas 1 e 2
		Educação ambiental nas escolas (no quadro do Programa de Merenda Escolar)	Segue o Programa de Merenda Escolar, mas importante nas Zonas 1 e 2
		Apoio aos programas de extensão rural	Zonas 3, 5 e 7 (Bié)
Promoção social e económica	O principal modo de vida não se alterou desde a independência, mas a degradação do sistema rodoviário e o impacto da guerra, com as resultantes deslocações, afectaram gravemente o modo de vida rural.	Reabilitação das infra-estruturas (estradas e pontes)	
		Apoio a hortas para mulheres	Zonas 3, 5 7, seguindo os programas de educação materna
		Reabilitação de infra-estruturas (pequeno esquemas de irrigação, etc.)	

ANEXO 1 – O QUE OS AGREGADOS PENSAM DA SUA PRÓPRIA SEGURANÇA ALIMENTAR

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

"...cultivar com as mãos não adianta...", **Manuel Escritório**, Balombo, Benguela

"...farming with the hands is no good..."

"...tudo que tiramos morre no prato...", **Laurindo Catanga**, Balombo, Benguela

"...everything we harvest ends up on the plate..."

"com os bois uma pessoa não tem uma lavra apenas", **Maria Talako**, Balombo, Benguela

"with oxen a person doesn't have only one field"

"Os que têm adubo têm comida", **Julieta Tchipuco**, Bailundo, Huambo

"Those who have fertilizer have food"

"o café nos deu os telhados e o ensino dos filhos...a batata rena e o tomate enchem os carros...agora...", **Lucelia Ninalasso**, Bailundo, Huambo

"coffee gave us roofs over our heads and schooling for our children... the potato and the tomato filled the carts...now..."

"se pensar comprar os bois os filhos em casa morrem. Os bois estão muito caros, é preciso ajuda como noutrora, vamos pagar o dinheiro todo porque sabemos trabalhar", **Adriano Cinco**, Balombo, Benguela

"if we think about buying oxen the children at home die (of hunger). Oxen are very expensive, we need help like in the past, we will pay the money back because we know how to work"

"A grandeza de uma casa mede-se pelo tamanho da sua dispensa/celeiro", **Emilia Naquina**, Balombo, Benguela

"the wealth of a house is measured by the size, availability and variety of its pantry/granary"

"O sofrimento está semeado aqui", **Laurinda Ovideo**, Cassongue, Kuanza Sul

"suffering is sown here"

MERCADOS E PREÇOS

*“Se o que nós produzimos não chega para comermos, quanto mais para se vender! Não vendemos nada porque a maioria cultiva com enxadas. Quando chega o mês de Setembro tem que ir no biscato”, **Maria do Rosário**, Caconda, Huila*

“what we produce is not enough to eat, let alone to sell! We don't sell anything because the majority work with hoes. When September comes we have to get off-farm work”

*“Quando vais na praça já encontras as quinguilas; elas compram tudo para revenderem depois porque elas são as que têm lugar. Elas são as que ganham mais, nós só trabalhamos. O feijão e a ginguba rendem mais, mas não temos sementes”, **Júlia Soco**pe Chipindo, Huila*

“When you get to the market you already find the tradeswomen; they buy everything to resell later because only they have the space. They are the ones who earn more, we only work. Beans and peanuts yield more but we don't have seeds”

*“2 kilos de massambala custam 5.00 KZ; com este preço quando é que vais comprar aquilo que desejas se tudo está caro”, **Rui Newele**, Ebanga, Benguela*

“2 kilos of millet cost 5.00 KZ; at this price when are you going to buy what you wish if everything is expensive”

*“Quando o preço estiver alto (entre Setembro e Janeiro), já não temos nada (reservas)”, **Sabino Raposo**, Ebanga, Benguela*

“When the price is high (between September and January), we don't have anything left anymore (reserves)”

FONTES DE RENDIMENTO COMPLEMENTARES

*“Biscatos é o nosso início, nada podemos fazer mais”, **Manuel Escritório**, Balombo, Benguela*

“Off-farm work is our beginning, we can't do anything else”

*“O que sai mas é só um bocado, o resto vem mesmo do biscato”, **Rui Newele**, Ebanga, Benguela*

“What we grow is only a little, the rest comes from off-farm work”

*“Aqui todos é biscato, às vezes ficas só assistir”, **Mariana Chipemba**, Bailundo, Huambo*

“ Here we all live from off-farm work, but sometimes even that is not available”

*“Não estudaste, vais fazer mais quê? É só enxada e viver o dia”, **Justo Camoço**, Londiumbali, Huambo*

“If you didn't study, what are you going to do? It's only the hoe and living from day to day”

O PERÍODO DE ESCASSEZ ALIMENTAR

*"Neste tempo (Abril) a comida já acabou", **Julieta Tchipuco**, Bailundo, Huambo*

"At this time (April) the food already finished"

*"Tem que repousar se não quiseres agravar a fome", **Julieta Jambela**, Bailundo, Huambo*

"You have to rest if you don't want the hunger to get worse"

*"Se a massambala falhar, a banana é que nos ajuda – fervemos ou fazemos fuba; isto faz mal ao organismo (provoca prisão de ventre) principalmente as crianças", **Catarina Salumbije**, Ebanga, Benguela*

"If the millet fails, bananas help, we boil them or make them into flour; it's bad for the system (it causes constipation) mainly for children"

*"Vamos continuar mesmo assim com esta vida; se chuvas continuarem a ser regulares, pelo menos durante dois anos consecutivos, assim já será normal", **Russo**, Ebanga, Benguela*

"We will continue like this with this kind of life; if the rains continue to be regular, at least for two consecutive years, then it will be back to normal"

AJUDA EXTERNA

*"A aldeia Chicambi recebe muita ajuda, se nós também tivéssemos esse apoio, estaríamos já mais avançados", **Rosário Tropa**, Caconda, Huíla*

"The village of Chicambi receives a lot of aid, if we also had that support we would already be more advanced"

*"Precisamos mesmo de apoio, a produção não deu nada porque os nossos solos sem adubo parecem saco roto (sem fundo)", **Laurindo Catanga**, Balombo, Benguela*

"We really need help, our farming resulted in nothing because our soils without fertilizers are like a torn bag (bottomless)"

"Mesmo no tempo colonial, tínhamos acesso ao crédito de tracção que era pago depois da colheita e assim as pessoas tinham mais facilidade de fazer poupanças e adquirir seus próprios bens. A melhor ajuda seria a tracção animal porque chegamos há pouco e as lavras são pequenas", Caconda, Huíla

"Even during the colonial times, we had access to traction credit which was paid after the harvest and like that people found it easier to save and acquire their own goods. The best aid would be animal traction because we arrived did not arrive long ago and the fields are small"

ORGANIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE

"Sem poder dos bois não adianta ter associados porque nada ajuda", **João Vasco**, Bailundo, Huambo

"Without any oxen there is no point in having associates because nothing helps"

"Esses dias não são de ajuda, são de desenrascar, aguentar vivo para assistir a tua desgraça", **Jeremias Tondele**, Andulo, Bié

"These are not days of help, they are days of getting by, staying alive to watch your own misery"

"Hoje mesmo se quiserem dar uma volta pelo bairro não verão um único bêbado porque ninguém tem dinheiro, só vontade", **Faustina Netile**, Balombo, Benguela

"Today for instance if you were to take a walk around the neighbourhood you won't see a single drunk because no one has the money, only the desire"

SAÚDE

"Se a pessoa estiver muito doente, ao ser transportado para Caconda a pé, pode morrer pelo caminho. O preço dos medicamentos é muito elevado", **Josefa Lipune**, Caconda, Huíla

"If the person is very sick and is carried to Caconda by foot, he can die on the way. The cost of medicines is very high"

"Aqui não há curandeiros ou enfermeiros privados. Nós mesmos, quando podermos, compramos medicamentos no mercado porque as farmácias não vendem medicamentos sem receita médica. As vezes usamos raízes/folhas", **Lucrecia Sapenge**, Ebanga, Benguela

"Here there are no traditional doctors or private nurses. We ourselves, when we can, buy medicines in the market because in the pharmacies they don't sell medicines without a prescription. Sometimes we use roots or leaves"

EDUCAÇÃO

"se ele também quer vestir tem que ir na lavra porque a vida agora é assim, pai", **Florinda Ngila**, Balombo, Benguela

"if he also wants to wear clothes he has to go to the fields because that how life is now"

"Embora estiver com a tia a carga é mesmo dos pais se não tens como fazer volta", **Julieta Ninalasso**, Bailundo, Huambo

"Even if the child is with the aunt the financial burden still the parents', if they can't afford it they take the child back"

"Os professores estão muito sobrecarregados e assim não conseguem ensinar bem as crianças porque enquanto estiverem numa turma, abandonam a outra. Algumas crianças da turma abandonada chegam mesmo a sair da sala de aulas", **Maria Soleta**, Ebanga, Benguela

"The teachers are overloaded and like this they can't teach the children properly, because when they are with one class, they abandon the other. Some children in the abandoned class even leave the classroom"

"Esta semana os professores não estão a dar aulas por falta de giz. Os alunos da terceira vão à outra aldeia", **Mariquinhas Francisco**, Chipindo, Huila

"This week the teachers aren't working for lack of chalk. The third class pupils go to another village"

ANEXO 2 – METODOLOGIA DAS COMPONENTES PRINCIPAIS (ÍNDICE DE RIQUEZA)

O pressuposto teórico que justifica a utilização do índice de bens na análise económica dos agregados é que ele representa um padrão da sua riqueza a longo prazo. Existem várias formas possíveis de construir um índice de riqueza e, de entre eles, o método dos Principais Componentes utilizado neste estudo. A descrição a seguir sobre este método baseou-se em Filmer e Pritchett, 2001⁵.

O método dos componentes principais (A_{ij}) descreve uma combinação linear de variáveis comuns (ex.: posse de bens) para todos os agregados da amostra tal que:

$$\begin{aligned}
 A_{1j} &= f_{11} \cdot a_{1j} + f_{12} \cdot a_{2j} + \dots + f_{1n} \cdot a_{nj} \\
 &\dots \\
 A_{nj} &= f_{n1} \cdot a_{1j} + f_{n2} \cdot a_{2j} + \dots + f_{nn} \cdot a_{nj}
 \end{aligned}
 \begin{array}{l}
 j = 1, \dots, J \text{ agregados} \\
 i = 1, \dots, N \text{ bens}
 \end{array}
 \quad (1)$$

Onde $a_{ji} = 1$ quer dizer que o agregado j é proprietário do bem i e $a_{ji} = 0$ significa o contrário.

O termo f_{ij} reflecte o factor de pontuação (“peso”) destinado ao bem i . Quanto maior for o peso, maior deverá ser a contribuição deste bem para a componente principal.

A construção de um índice de bens com base em tal método depende do pressuposto de que quanto maior for a variação nos bens totais possuídos por um agregado maior é a sua riqueza. Por exemplo, se apenas um grupo de agregados possui uma TV e um carro, mas outro grupo não os tem, a variação será maior do que se todos possuísem possuir os dois bens. O facto de que todos possuem os dois bens não diferencia as pessoas em termos de riqueza.

O primeiro componente principal, expresso em termos das variáveis originais (não normalizadas), é, por isso, um índice para cada agregado baseado na expressão:

$$A_{1j} = f_{11} \cdot (a_{1j}^* - a_1^*) / (s_1^*) + \dots + f_{1n} \cdot (a_{nj}^* - a_n^*) / (s_n^*) \quad (2)$$

Onde a^* é a solução para esta equação, que representa a máxima variação de bens; a_1^* é a média de a_{1j}^* de todos os agregados e s_1^* é o seu desvio padrão.

Para obter uma interpretação intuitiva de como o valor do índice do bem muda quando ($a_{ji} = 1$) ou não possuindo um bem ($a_{ji} = 0$), pode-se utilizar a equação 2 em termos de variação.

$$\Delta A_{1j} = [f_{1i} \cdot (1 - a_i^*) / (s_i^*)] - [f_{1i} \cdot (0 - a_i^*) / (s_i^*)] = f_{1i} / s_i^* \quad (3)$$

A partir desta equação é possível perceber a função dos factores de pontuação num índice de agregado. Uma mudança de 0 para 1 muda o índice por f_{1i} / s_i^* .

A construção do nosso Índice de Riqueza baseou-se na posse pelo agregados de três tipos de bens:

1. Bens para consumo e equipamento (secção D, *items* 1-8). Foram criadas variáveis fictícias com valor 1 se a família possuísse o bem e valor 0 se não o possuísse;

⁵ Filmer, D and Pritchett, L.H., “Estimating wealth effects without expenditure data – or tears: an application to educational enrolments in states of India”, *Demography*, vol. 38, nr.1, February, 2001: 115-132.

2. As características da habitação (secção C). Foram criadas variáveis com valor 1 se a casa tivesse uma certa característica e valor 0 se a não tivesse. Por exemplo, para a variável “tipo de alojamento” foram criadas três variáveis fictícias: uma para o caso de viver numa casa individual, a segunda para o caso viver numa tenda e a última para o caso de viver em parte de casa. O mesmo tipo de variáveis fictícias foram criadas para as várias características da casa. As variáveis contínuas como “quantas divisões tem a casa” foram mantidas sem modificações;
3. Animais para consumo (secção E). Foram criadas variáveis com valor 1 se a família possuísse animais e valor 0 se não possuísse. Porque nos interessavam apenas os animais para consumo, bois de tracção e outros foram excluídos da amostra. Estabelecemos igualmente que os agricultores com grandes quantidades de animais estavam provavelmente a utilizá-los na produção e tais casos ficaram igualmente fora dos cálculos do índice de riqueza.